

Luzinete da Silva Mussi
(organizadora)

EDUCAÇÃO EM PAUTA

**Coletânea
de trabalhos
em Educação**



Educação em pauta

Organizadora:

Luzinete da Silva Mussi

Autores:

Adenilze Lara Araújo Carlos
Angélica Patrícia Lopes de Barros
Ariene Gomes Ferreira Amaral
Bruna Corrêa Lino
Crislaine Barbosa de Miranda
Cristina Viotto Januário
Daniella Jesus Fialho de Arruda
Diana Silva de Mello
Elisabeth Sangaleti
Ilma Camilo dos Santos de Lima
Kátia Rosana de Oliveira
Liandra Celly de Oliveira Monteiro
Márcia Mitico Fugihara Tokuda
Maria José Rufino de Lira
Marielle da Silva Martinez
Marinês da Silva Vargas
Nirce Maria Fernandes
Orcione Maria Carvalho dos Santos
Regiani Pinafi Carvalho
Rosália das Dores Silva
Sandra Helena Miranda
Solange Bernardo Brito dos Santos



Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Editoração / Capa: Instituto Saber

Organizadora: MUSSI, Luzinete da Silva.

Autores: AMARAL, Ariene Gomes Ferreira; ARRUDA, Daniella Jesus Fialho de; BARROS, Angélica Patrícia Lopes de; CARLOS, Adenilze Lara Araújo; CARVALHO, Regiani Pinafi; FERNANDES, Nirce Maria; JANUÁRIO, Cristina Viotto; LIMA, Ilma Camilo dos Santos de; LINO, Bruna Corrêa; LIRA, Maria José Rufino de; MARTINEZ, Marielle da Silva ; MELLO, Diana Silva de; MIRANDA, Crislaine Barbosa de; MIRANDA, Sandra Helena; MONTEIRO, Liandra Celly de Oliveira; OLIVEIRA, Kátia Rosana de; SANGALETI, Elisabeth; SANTOS, Orcione Maria Carvalho dos; SANTOS, Solange Bernardo Brito dos; SILVA, Rosália das Dores; TOKUDA, Márcia Mítico Fugihara; VARGAS, Marinês da Silva.

Educação em pauta. Organizadora: Luzinete da Silva Mussi. 1 ed. – Sinop-MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, 2022.

72 p.

ISBN 978-65-87333-29-8

1.Educação. I. Título.

CDD – 370

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais:
isciweb.com.br/livros



– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica
Digital Multidisciplinar: isciweb.com.br/revista



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior



Sumário

CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (Elisabeth Sangaleti; Ilma Camilo dos Santos de Lima; Liandra Celly de Oliveira Monteiro; Márcia Mítico Fugihara Tokuda; Orcione Maria Carvalho dos Santos)	7
CAPÍTULO II: A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA EM ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH): UM DESAFIO PARA A ESCOLA (Cristina Viotto Januário; Diana Silva de Mello; Solange Bernardo Brito dos Santos; Maria José Rufino de Lira; Marinês da Silva Vargas)	16
CAPÍTULO III - ADAPTAÇÃO EM CRECHE (Rosália das Dores Silva; Sandra Helena Miranda)	30
CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO INFANTIL X PANDEMIA (Angélica Patrícia Lopes de Barros; Adenilze Lara Araújo Carlos; Kátia Rosana de Oliveira; Nirce Maria Fernandes)	43
CAPÍTULO V - O GÊNERO LITERÁRIO FÁBULA PARA A FORMAÇÃO DE CRIANÇAS LEITORAS (Crislaine Barbosa de Miranda; Bruna Corrêa Lino; Daniella Jesus Fialho de Arruda; Marielle da Silva Martinez; Regiani Pinafi Carvalho)	49
CAPÍTULO VI - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E INCLUSÃO ESCOLAR (Ariêne Gomes Ferreira Amaral)	62

CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (ELISABETH SANGALETI; ILMA CAMILO DOS SANTOS DE LIMA; LIANDRA CELLY DE OLIVEIRA MONTEIRO; MÁRCIA MITICO FUGIHARA TOKUDA; ORCIONE MARIA CARVALHO DOS SANTOS)

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elisabeth Sangaleti

Ilma Camilo dos Santos de Lima

Liandra Celly de Oliveira Monteiro

Márcia Mítico Fugihara Tokuda

Orcione Maria Carvalho dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade refletir sobre a importância da música no processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil. O estudo aborda um pouco do conceito histórico sobre a música e teve como problema entender os aspectos favoráveis que o ensino de música pode proporcionar às crianças da Educação Infantil, perceber as formas de interação da música com os demais eixos de trabalho, ou seja, como a música pode auxiliar em diversas atividades pedagógicas na educação infantil. Para este trabalho foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico. Portanto neste artigo busca-se, oferecer subsídios para viabilização de um contato prazeroso, formativo e saudável para a criança, explicando o desenvolvimento da linguagem musical no contexto da educação infantil, a fim de contribuir para a motivação pessoal e facilitar a integração do educando no contexto escolar. Diante disso, podemos considerar que a música é uma ferramenta essencial para um bom desenvolvimento da criança no aspecto educacional, favorecendo de forma lúdica e construtiva uma melhora significativa nos seus aspectos motivacionais. Entretanto a musicalização é um instrumento mediador que possibilita o processo de construção do conhecimento das crianças, despertando e desenvolvendo o prazer pelas diversas áreas do conhecimento, aprimorando habilidades, favorecendo a imaginação e a criatividade. Desse modo, pode-se finalizar que existem diversas vantagens que o trabalho com a música em sala de aula pode trazer no desenvolvimento da criança. Pois sabe-se que a música se faz presente em nossas vidas, desde a nossa concepção e está diretamente relacionada com a nossa cultura.

Palavras-chave: Educação Infantil. Música. Desenvolvimento. Criança.

INTRODUÇÃO

Diante da contextualização de pesquisa sobre a importância da música no processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil, pode-se dizer que o presente artigo, nos remete a analisar como é possível utilizar a música como ferramenta de estímulo para o desenvolvimento da criança na educação infantil. Sendo assim, considera-se crucial a abordagem deste tema

enfatizar a importância de trabalhos musicais que viabiliza novos rumos e novas práticas para a educação, possibilitando aos educadores e educandos oportunidade de aprendizagem prazerosa e motivante que os conduz ao conhecimento de forma lúdica e enfatiza a importância da música na educação infantil.

Portanto, a música tem um papel importante na educação infantil, pois é considerada uma fonte fundamental para o desenvolvimento humano, sendo que também auxilia a despertar habilidades criativas proporcionando que a criança crie e inove sempre que for desafiada, favorecendo assim a ampliação de diversas áreas do cérebro e da linguagem, aperfeiçoando a sensibilidade da criança e a capacidade de concentração da mesma.

Sendo assim, através da música podemos perceber costumes, distinguir gostos, dialogar com a subjetividade. A música é um excelente meio de desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, permite que a criança possa usufruir de satisfações imediatas, considera-se que esta pode contribuir ao nível da comunicação verbal e não-verbal, no que diz respeito a aspectos cognitivos, efetivo-emocionais e motores, ao mesmo tempo promove interação e o autoconhecimento.

De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006, p.16),

Antes mesmo de se expressarem por meio da linguagem verbal, bebês e crianças são capazes de interagir a partir de outras linguagens (corporal, gestual, musical, plástica, faz-de-conta, entre outras) desde que acompanhadas por parceiros mais experientes. Apoiar a organização em pequenos grupos, estimulando as trocas entre os parceiros; incentivar a brincadeira; dar-lhes tempo para desenvolver temas de trabalho a partir de propostas prévias; oferecer diferentes tipos de materiais em função dos objetivos que se tem em mente; organizar o tempo e o espaço de modo flexível são algumas formas de intervenção que contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Desta forma a música é vista, como um dos principais elementos culturais de uma sociedade, e configura-se como uma linguagem capaz de expressar sensações desde muito cedo na vida do indivíduo, e permeia momentos marcantes da sociedade e acompanha todas as etapas do desenvolvimento humano. Nesse sentido, a música sempre esteve muito

atrelada à cultura e à história social nas mais diversas situações cotidianas, integrando o desenvolvimento afetivo, a construção social e cognitiva das pessoas, contribuindo para a elevação da competência e criatividade mental do ser humano.

Entretanto a música na educação infantil vem ao longo da sua história atendendo vários objetivos como a formação de hábitos atitudes e componentes. Pois desde cedo, a criança demonstra interesse por ritmos e sons musicais. Parece mesmo que a receptividade à música, é um fenômeno corporal e que a relação da criança com a música começa quando ela entra em contato com o universo sonoro que a cerca a partir de seu nascimento.

De acordo com (SANTOS, 2017, p4) concorda com esse ponto de vista e defende que:

A música na Educação Infantil vai além de cantar para que as crianças se distraiam, em um período do dia. Quem está em contato com uma criança sabe que a música é um importante meio para que estas possam trabalhar sua expressão corporal, já que provoca estímulos, os quais permite que as crianças se expressem através de gestos. A coordenação motora também pode ser explorada através da música, tanto através da motricidade fina como da ampla, pelo simples tocar ou manusear um instrumento, ou pela dança. (SANTOS, 2017, p. 4)

Diante disso, todo e qualquer processo na educação infantil requer cuidados e monitoramento, pois se trata da formação da criança, porém para que isso ocorra com tranquilidade e de forma lúdica temos que utilizar ferramentas que nos conduza a um bom retorno da aprendizagem das crianças, e a música é uma ferramenta valiosa, porém tem que saber envolver os conteúdos, enriquecendo assim sua metodologia.

Sendo assim podemos concluir que a música é uma ferramenta essencial para o educador que tenta renovar e trabalhar sua metodologia de forma lúdica e criativa, desenvolvendo a criatividade da criança no aspecto educacional, no qual favorece de forma lúdica e construtiva para uma melhora significativa nos seus aspectos motivacionais.

BREVE CONCEITO SOBRE MÚSICA

Música é a combinação de ritmo, harmonia e melodia, de maneira agradável ao ouvido. No sentido amplo é a organização temporal de sons e silêncios (pausas). No sentido restrito, é a arte de coordenar e transmitir efeitos sonoros, harmoniosos e esteticamente válidos, podendo ser transmitida através da voz ou de instrumentos musicais.

A música é uma manifestação artística e cultural de um povo, em determinada época ou região. A música é um veículo usado para expressar os sentimentos.

A música evoluiu através dos séculos, resultando numa grande variedade de gêneros musicais, entre eles, a música sacra ou religiosa, a erudita ou clássica, a popular e a tradicional ou folclórica. Cada um dos gêneros musicais possuem uma série de subgêneros e estilos.

A música (do grego μουσική τέχνη - musiké téchne, a arte das musas) é uma forma de arte que se constitui basicamente em combinar sons e silêncio seguindo uma pré-organização ao longo do tempo.

É considerada por diversos autores como uma prática cultural e humana. Atualmente não se conhece nenhuma civilização ou agrupamento que não possua manifestações musicais próprias. Embora nem sempre seja feita com esse objetivo, a música pode ser considerada como uma forma de arte, considerada por muitos como sua principal função.

O significado e até mesmo a definição de música variam de acordo com a cultura e o contexto social. A música vai desde composições fortemente organizadas (e a sua recriação na performance), música improvisada até formas aleatórias. A música pode ser dividida em gêneros e subgêneros, contudo as linhas divisórias e as relações entre gêneros musicais são muitas vezes sutis, algumas vezes abertas à interpretação individual e ocasionalmente controversas. Dentro das "artes", a música pode ser classificada como uma arte de representação, uma arte sublime, uma arte de espetáculo.

Há evidências de que a música é conhecida e praticada desde a pré-história. Provavelmente a observação dos sons da natureza tenha despertado no homem, através do sentido auditivo, a necessidade ou vontade de uma atividade que se baseasse na organização de sons. Embora nenhum critério

científico permita estabelecer seu desenvolvimento de forma precisa, a história da música confunde-se, com a própria história do desenvolvimento da inteligência e da cultura humana.

Diante de todo o contexto apresentado até aqui, podemos perceber que o conceito de música se amplia, é a arte que trata da relação entre som e silêncio, e é construída culturalmente.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A MÚSICA

De acordo com estudo realizado pode-se elencar que a música na educação infantil vem ao longo da sua história atendendo vários objetivos como a formação de hábitos atitudes e componentes. Pois desde cedo, a criança demonstra interesse por ritmos e sons musicais.

Dessa forma a linguagem musical tem sido apontada como uma das áreas de conhecimento mais importantes a serem trabalhadas na educação infantil, ao lado linguagem oral e escrita, do movimento, das artes visuais, da matemática e das ciências humanas e naturais. Nesse sentido, não é exagero afirmar que os efeitos da música sobre os sentimentos humanos estão, cada vez mais, migrando da sabedoria popular para reconhecimento científico.

A respeito da linguagem musical, Hummes a firma que:

A música pode contribuir para a formação global do aluno, desenvolvendo a capacidade de se expressar através de uma linguagem não verbal e os sentimentos e emoções, a sensibilidade, o intelecto, o corpo e a personalidade [...] a música se presta para favorecer uma série de áreas da criança. Essas áreas incluem a 'sensibilidade', a 'motricidade', o 'raciocínio', além da 'transmissão e do resgate de uma série de elementos da cultura' (HUMMES, 2010, p.22).

Nesse contexto pode-se dizer que a linguagem musical tem sido apontada como uma das áreas de conhecimento mais importantes a serem trabalhadas na educação infantil, ao lado linguagem oral e escrita, do movimento, das artes visuais, da matemática e das ciências humanas e naturais. Nesse sentido, não é exagero afirmar que os efeitos da música sobre

os sentimentos humanos estão, cada vez mais, migrando da sabedoria popular para reconhecimento científico.

Diante disso a música tem um papel importante na educação infantil, pois é considerada uma fonte fundamental para o desenvolvimento humano, sendo que também auxilia a despertar habilidades criativas proporcionando que a criança crie e inove sempre que for desafiada, favorecendo assim a ampliação de diversas áreas do cérebro e da linguagem, aperfeiçoando a sensibilidade da criança e a capacidade de concentração da mesma.

Na educação infantil as crianças que convivem com a música, logo a maioria delas possuem o gosto por ouvir e cantar músicas. Nesse sentido, ouvir, aprender uma canção, brincar de roda, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem além do gosto musical.

A criança que convive com a música na educação infantil desde cedo, propicia um contexto escolar de aprendizagem interessante e ativo, sendo a musicalização uma grande aliada do professor mediador para a descoberta e a construção de novos saberes educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância da música no processo de desenvolvimento da criança na educação infantil, o presente artigo mostra o quanto à utilização da música nas escolas pode modificar de maneira de aprendizagem das crianças, a música colabora com a promoção afetiva, alarga determinadas áreas de reações, e como reforço dá as crianças maior segurança, desenvolve suas ideias e a sua própria expressão.

Entretanto esta pesquisa, proporcionou algumas questões referentes a importância da música no processo de desenvolvimento da criança na educação infantil, pela qual procuramos refletir sobre as contribuições da música no aprendizado da criança, é notório que essa arte é extremamente importante no desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas, por isso precisa ser valorizada no ambiente escolar como ferramenta pedagógica porque pode proporcionar um aprendizado significativo e estimulante.

Diante desse contexto a música possui um forte poder de atração sobre as crianças, sua utilização nas atividades escolares de forma planejada favorece a ampliação da aprendizagem de maneira mais alegre e prazerosa. Portanto, percebemos a urgência de se criar espaços na escola para a inserção da musicalização e todos os benefícios inerentes ao ser humano.

Com isso as reflexões em torno do tema, permitiram perceber o quanto a música contribui e continua contribuindo para o desenvolvimento humano. Pode-se relatar que foi possível perceber, ao longo do levantamento teórico, os inúmeros significados da música no cotidiano e nas atividades escolares da criança, como um agente que pode facilitar o raciocínio e a aprendizagem infantil. Contribuindo de maneira significativa para qualidade na educação Infantil e favorecendo a formação humana integral em sua plenitude.

Nesse contexto concluímos que a música é uma importante ferramenta do desenvolver pedagógico. Na Educação Infantil desenvolve um papel crucial sendo uma facilitadora para agregar valores no processo de ensino/aprendizagem das crianças. Acreditamos que a música vai além da mediação da aprendizagem, sendo uma contribuição prazerosa para a construção do próprio eu, instigando a interação social do meio em que os sujeitos estão inseridos.

REFERÊNCIAS

HUMMES, Júlia Maria. Porque é importante o ensino de música. Revista da ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical. Porto Alegre, v. 11. set. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SANTOS, L. S.; PARRA, C. R. Música e Neurociências: inter-relação entre música, emoção, cognição e aprendizagem. Revista online Psicologia. PT. 2015. Disponível em: Acesso em: 27 de outubro de 2017.

HUMMES, Julia Maria. Por que é importante o ensino de música? considerações sobre as funções da música na sociedade CE na escola. **Revista da Abem**, n. 11, p. 17-25, set. 2010.

BRASIL. Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998 vol. 3.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2008.

FERNANDES, Valéria da Silva Roque. A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser. Disponível em <http://br.noticias.yahoo.com/25/08/2009-tecnologianegocios-estudo-desenvolve-inteligencia-e-integracao.html>. Acesso em 25/08/2016.

KRZESONKI, Mazilda T. da Silva; CAMPOS, Silmara Streit de. A importância da linguagem musical para a aprendizagem da criança. Revista de divulgação técnico-científico do ICPG. v. 2, n.8, p.115-119, jan./jun.2006.

ROMANELLI, Guilherme. Antes de falar as crianças cantam! Considerações sobre o ensino de música na Educação Infantil. In Revista Teoria e Prática da Educação, V 17, n. 2. Maringá, UEM, maio/Ago. 2009.

SUZIGAN, Maria Lúcia Cruz. Música para aprender e se divertir, São Paulo, Revista Nova Escola, 2004. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/131/musica-contribui-para-odesenvolvimento-infantil>.

MICHAHELLES, Benita. Cantigas e Brincadeiras de roda na Musicoterapia. S/d. Disponível em <http://www.taturana.com/mono.html>. Acesso em 02/01/2012

VYGOSTSKY, L. S. Formação Social da Mente. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988.

CAPÍTULO II: A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA EM ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH): UM DESAFIO PARA A ESCOLA (CRISTINA VIOTTO JANUÁRIO; DIANA SILVA DE MELLO; SOLANGE BERNARDO BRITO DOS SANTOS; MARIA JOSÉ RUFINO DE LIRA; MARINÊS DA SILVA VARGAS)

A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA EM ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH): UM DESAFIO PARA A ESCOLA

Cristina Viotto Januário
Diana Silva de Mello
Solange Bernardo Brito dos Santos
Maria José Rufino de Lira
Marinês da Silva Vargas

RESUMO

O presente estudo tem como tema “A linguagem oral e escrita em estudantes com transtorno e déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): um desafio para escola “. O principal objetivo desse artigo é buscar compreender as características que envolve aquisição da linguagem em estudantes com TDAH. É um artigo de revisão bibliográfica, que inicialmente abordará os Conceitos e Características do Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade, em seguida trata da Linguagem Oral e Escrita, TDAH um Desafio para Escola, e por último abordará a Inclusão Escolar. O fato é que, o TDAH é o distúrbio neurocomportamental com maior ocorrência no sexo masculino. Ao longo dos anos, diversas nomenclaturas têm sido utilizadas, para denominar crianças e adolescentes com um padrão comportamental caracterizado por hiperatividade, desatenção e impulsividade. Portanto, esses padrões interferem no desenvolvimento da linguagem oral e escrita do sujeito portador de TDAH, alterando as habilidades do processamento fonológico. A escola é um ambiente onde todos os sujeitos se apresentam com suas ideias, características e necessidades individuais, pois é neste ambiente que o aluno portador de TDAH é visto com mau comportamento, e estão sempre atrasados com as atividades em relação aos outros. Neste contexto, para que de fato haja a inclusão escolar e necessário que todos, escola, comunidade e família estejam envoltas com a educação do aluno com TDAH. Como resultado observou-se que estudantes com TDAH apresentam baixo desempenho na linguagem oral e escrita em relação aos outros estudantes.

Palavras-chave: Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade TDAH. Desafio escolar. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Este estudo constitui o trabalho de conclusão do curso de psicopedagogia institucional, clínica e educação infantil do grupo educacional FAVENI Tem como tema “A linguagem oral e escrita em estudantes com transtorno e déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): Um desafio para escola.”

Um dos interesses pelo tema surgiu a partir da necessidade em compreender as diferentes características acerca desta condição que é de caráter neurocomportamental que se manifesta em crianças e adolescentes na idade escolar. Além disso, é mais frequente no sexo masculino.

O sujeito portador de TDAH apresenta as seguintes tríades: desatenção, agitação e impulsividade. Este transtorno causa um impacto na vida social de quem o possui, interferindo nas relações com as pessoas com as quais convive, e também causa problemas que envolvem a aprendizagem, o emocional e o social.

A linguagem oral e escrita, como meio de comunicação do ser humano, apresenta forte influência na vida social dos estudantes, e principalmente no processo de socialização no âmbito escolar. O sujeito que possui (TDAH), além das manifestações inerentes ao próprio transtorno, sofre com tais comorbidades.

O objetivo desta pesquisa é buscar compreender as principais características que envolvem a aquisição da linguagem oral e escrita em alunos com (TDAH), analisar quais são os desafios para a escola, descrever os meios legais que envolvem a inclusão escolar. Portanto, é importante lançar olhares que venham contribuir para a formação de novas posturas no campo educacional e social destes indivíduos.

O buscar, o compreender são passos relevantes para entender as características desses sujeitos e seu universo. Acredito que as discussões sobre este tema estão avançando e possibilitando uma reconstrução do campo educacional para diminuir os danos causados por este transtorno.

Esta pesquisa buscará responder aos seguintes questionamentos: quais são os conceitos e características do transtorno e déficit de atenção e hiperatividade? A escola está preparada para enfrentar estes desafios, que é atender aos alunos portadores de TDAH? E ainda, como é desenvolvida a linguagem oral e escrita dos alunos com TDAH? E também como se dá a inclusão escolar? Essas são algumas das questões que me levaram a pesquisar sobre este tema, pois são várias as políticas que englobam a educação especial, no entanto, ainda há muito a ser feito para que ocorra de fato uma educação para todos.

Compreender os fatores que envolvem os sujeitos com TDAH requer uma investigação mais aprofundada acerca deste transtorno que afeta uma grande população em idade escolar e causa danos irreversível na vida acadêmica e social destes sujeitos.

O presente estudo caracteriza-se, como sendo uma pesquisa de revisão bibliográfica. E para explanação deste tema busquei apoio nos estudos produzidos em sites, artigos, livros e tese que tratam sobre este tema. Em seguida foram selecionados os de interesse para a produção deste artigo.

Na primeira parte deste artigo será abordado o conceito de TDAH e suas características. A segunda parte trata da linguagem oral e escrita, um desafio para escola. A terceira parte aborda especificamente a inclusão escolar.

CONCEITO E CARACTERÍSTICA DO TRANSTORNO E DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

Ao se falar a respeito do transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, é importante frisar que este transtorno está presente em nossa sociedade há muito tempo. Segundo as pesquisas em 1865 o médico alemão Heinrich Hoffman em seu livro infantil “**Pedro despenteado**” descreveu características de crianças hiperativas e desatentas. O fato é que, o TDAH é o distúrbio neurocomportamental mais comum no sexo masculino, geralmente se manifesta antes dos 5 anos de idade, com prevalência de 3 a 7% das crianças em idade escolar.

Ao longo dos anos, diversas nomenclaturas têm sido utilizadas, para denominar crianças que apresentam um padrão comportamental caracterizado por hiperatividade, desatenção e impulsividade. Este padrão está acima do esperado para a faixa etária ou estágio de desenvolvimento da criança. Portanto, atualmente a denominação Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade TDAH vem sendo utilizada consistentemente, por se tratar do termo adotado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais ou DSM-IV-TR (APA, 2002).

Outro ponto importante a ser comentado, são os sintomas do TDAH que está presente nos dois gêneros de modo distinto, hiperatividade é mais comum em meninos e desatenção em meninas.

Mattos (2003) salienta que os sintomas de TDAH se modificam com a maturidade. As crianças apresentam hiperatividade motora, agressividade, baixa tolerância à frustração e impulsividade. Adolescentes e adultos apresentam sintomas de distração, desatenção, mudança frequente das atividades, irritabilidade, impaciência, agitação.

Os argumentos citados contribuem para que tenhamos uma melhor compreensão do universo do sujeito portador de TDAH. Mattos (2003, p.29) prossegue afirmando que:

Pelo menos 50% das crianças com TDAH continuam a apresentar o quadro na vida adulta. O transtorno acompanha a maioria dos pacientes ao longo de suas vidas, nos diversos contextos. As consequências individuais (incluindo a baixa estima), familiares e sociais geram sempre algum grau de incapacidade e sofrimento, associado a prejuízo significativo do desempenho escolar e profissional. Entretanto, existe tratamento contínuo, objetivando melhora em todas as áreas prejudicadas pelo TDAH.

Diante do exposto em relação ao transtorno não podemos deixar de falar do diagnóstico do TDAH, que é fundamentalmente clínico, envolvendo critérios específicos. Um dos critérios utilizado para realizar o diagnóstico em crianças com TDAH é o DSM-IV-RTM, pois com o auxílio de exames neurológicos, envolve a análise da frequência, da tríade sintomática desatenção, hiperatividade e impulsividade. Além disso, a tríade sintomatológica não costuma afetar todos os sujeitos portadores de TDAH da mesma forma. Citamos abaixo as características do TDAH.

DESATENÇÃO

A desatenção caracteriza-se por mudanças frequentes em não dar a devida atenção a detalhes na conversa com outras pessoas, ou comete erros por descuido nas atividades diárias. Tem dificuldade em manter a atenção durante conversas, não consegue seguir instruções, deixando de terminar as tarefas escolares, domésticas ou deveres no trabalho, tem dificuldade em

cumpri regras em atividades lúdicas, além de relutância no engajamento de tarefas complexas que exijam organização e esforço mental contínuo.

HIPERATIVIDADE /IMPULSIVIDADE

A hiperatividade ou impulsividade caracteriza-se pelo movimento excessivo das mãos e dos pés, não consegue ficar sentado por muito tempo, sai da carteira em sala de aula, ou em outras situações que se espera que permaneça sentado, tem dificuldades em brincar ou de se envolver em atividades de lazer de forma tranquila. Já em adolescentes e adultos, isso pode ser limitado a sensações subjetivas de inquietação.

Enquanto a impulsividade caracteriza-se pelo agir sem pensar, responde de forma intempestiva antes que as perguntas sejam terminadas, tem dificuldade de se organizar no trabalho, necessidade de supervisão e dificuldade do sujeito esperar sua vez em atividades lúdicas ou em situações de grupo. Isso quer dizer que, estes sintomas trazem prejuízos significativos no desenvolvimento do sujeito.

COMBINADO

E do tipo Combinado se caracteriza pela presença de seis ou mais sintomas de desatenção e seis ou mais sintomas de hiperatividade-impulsividade. A maior incidência em crianças e adolescentes é do tipo Combinado, não havendo dados acerca dos adultos (APA, 2003). de acordo com o DSM-V (APA, 2013) “a maioria das crianças e adolescentes com o TDAH apresentam o subtipo combinado”.

Pesquisas apontam que o TDAH é o transtorno que mais causa comorbidades, tais como: transtorno de conduta (TC) e transtorno desafiante de oposição (TOD) (em cerca de 30 a 50% dos casos), abuso de substâncias psicoativas e álcool (9 a 40 %), transtorno de humor (depressão e transtorno bipolar) (15 a 20%), transtornos de ansiedade (em aproximadamente 25%),

transtornos de tiques e transtornos de aprendizagem (10 a 25%). Ainda, conforme este autor a “prevalência, algumas análises vêm apresentando avaliações variáveis tanto em amostras internacionais como também nacionais”. (ALVES 2015).

Os argumentos apresentados por Alves (2015) sobre os resultados, deve ser decorrente de dois principais fatores, tais como: o primeiro é decorrente do rigor da avaliação do transtorno, que ocorre de diversas maneiras em diferentes lugares, já o segundo refere-se a variável tempo, pois para ele tanto a nomenclatura quanto os critérios diagnósticos costumam mudar com o passar dos anos.

A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA E O TDAH

Para o desenvolvimento da linguagem, é necessário algum requisito, como por exemplo, ter algo em mente para falar, ter alguma razão ou intenção de comunicar o que está pensando. Ter alguém com quem se comunicar, possuir capacidade cognitiva suficiente para organização dos procedimentos comunicativas verbais e não verbais, enfim, o que leva alguém a se comunicar, ‘função pragmática’. De acordo com Oshima e Parra (2015, p. 04) conforme citado por Zorzi (1993). Conversar envolve uma sequência de atos comunicativos que exigem dos interlocutores compromisso com o tema abordado e capacidade de adaptação aos participantes e situação. Com tudo, o sujeito portador de TDAH apresenta alguns dos requisitos citados acima de forma alterada.

A atenção é um desses requisitos essenciais para o processamento da linguagem oral e escrita. A importância da atenção é necessária desde os primeiros momentos da aquisição da linguagem, a qual nos possibilita concluir que o comportamento desta função influencia de modo decisivo no desenvolvimento da linguagem, não só nos aspectos referentes aos domínios das estruturas linguísticas, mas também no desenvolvimento das habilidades comunicativas de uma socialização com outra.

Estudos comprovam que o processamento fonológico, objeto de interesse de diversos estudos, tem sido reconhecido como um componente que participa do processo de desenvolvimento da decodificação leitora e codificação escrita. Alterações nas habilidades do processamento fonológico (consciência fonológica, acesso ao léxico e memória operacional) prejudicando o desenvolvimento da leitura e escrita. (GUEDIM, CAPELATTO, AZONI, CIASCA e CREMITTE 2017).

Em sua tese de doutorado Albuquerque (2008, p. 72) realizou uma triagem com sessenta e dois estudantes sobre a leitura e a escrita, sendo que trinta e um era portador de TDAH. De acordo com ela as tarefas de leitura e escrita foram analisadas individualmente, os sujeitos submetidos à triagem, quatro apresentaram dificuldades de leitura e escrita sugestivas de dislexia, sendo que um deles com comprometimento em grau moderado e três deles com desempenho sugestivo de dislexia em grau leve.

Ainda conforme está autora, o grupo controle, também havia quatro com dificuldades de leitura e escrita sugestivas de dislexia, exatamente nas mesmas dimensões que as do grupo experimental, ou seja, três com desempenho sugestivo de dislexia em grau leve e um com desempenho sugestivo de dislexia em grau moderado. (ALBUQUERQUE 2008, p. 72).

Sendo assim, o entendimento sobre este resultado possibilita a seguinte compreensão, que os portadores de TDAH apresentariam lentificação no componente de acesso da faculdade da linguagem, podendo ser uma característica intrínseca destes sujeitos.

TDAH UM DESAFIO PARA ESCOLA

Bem se sabe que o ambiente escolar é um palco em que os indivíduos se apresentam com suas ideias, características e necessidades individuais. Sabe-se também que é um contexto relevante no cotidiano de toda criança e adolescente, pois é principalmente através deste meio em que elas geram suas relações sociais, é solicitada a cumprir metas, executar tarefas, seguir uma

rotina e passar a maior parte do seu tempo, e o professor exerce um importante papel de educador.

É neste ambiente que encontramos, um número cada vez maior de estudantes com TDAH, os quais são apontados como sujeitos que possuem mau comportamento, e não respeitam as orientações do professor, diante de determinadas situações ficam inquietos, agitados e ansiosos. A situação fica ainda mais difícil quando não são identificados com esse transtorno, por isso suas dificuldades só aumentam.

Diante dessa situação, esses estudantes não conseguem se concentrar, questionar, refletir sobre um problema apresentado em sala de aula, o que os deixa “atrasados” com seus conteúdos em relação aos demais colegas. Esta situação só aumenta os índices de repetência, baixo rendimento escolar, evasão e dificuldades emocionais e sociais.

Em se tratando de dificuldade de aprendizagem o professor deve conhecer o aluno com TDAH, para que possa refletir sua didática e elaboradas atividades concreta em que todos sejam beneficiados. Assim, o estudante com esse transtorno adquira uma aprendizagem significativa.

Neste contexto, o aluno com TDAH, assim como todos os outros alunos, têm seu próprio tempo de aprendizagem; portanto, na maioria das vezes, os estudantes com TDAH precisam de um tempo maior para internalizar o que foi ensinado. Nesse sentido, torna-se indispensável a intervenção do professor para que esses alunos não se sentam inferior aos outros integrantes da turma. (MAIA E CONFORTIN, 2015).

Nesta mesma direção, Américo, Kappel e Berleze (2016) descrevem que, existe fatores como a falta de atenção e os atrasos motores presentes nas crianças com dificuldades de aprendizagem, através destes fatores o aluno está fardado ao insucesso nas atividades escolares. Além disso, toda vez que um novo gesto motor é aprendido, ativa áreas cerebrais responsáveis pela atenção e raciocínio, estimulando diversas áreas cerebrais responsáveis também pelas aprendizagens prioritariamente cognitivas, como a leitura, a escrita.

Na opinião de Mattos (2003) os sujeitos com TDAH têm muita dificuldade em manter a concentração durante um tempo prolongado para

escolher as informações adequadas durante a realização de uma determinada tarefa. A situação fica ainda mais difícil quando tem que realizar trabalho em grupo, uma vez que nestes casos é necessária manter a atenção sustentada e seletiva, para assimilar uma grande variedade de informações apresentadas. Na escola a dificuldade só aumenta, pois esses alunos envolvem-se em atividades improdutivas durante a aula, como também no recreio, se comparada a outras crianças.

Por outro lado, o professor é, quem primeiro percebe quando seu aluno apresenta problemas de comportamento, cognitivo, emocional, afetivo e social. No entanto, para diminuir estes problemas é necessário verificar o que está acontecendo com este aluno, e buscar soluções que possa reduzir o fracasso contínuo que envolvem o processo de aprendizagem destes sujeitos, e também diminuir a dificuldade de comunicação que os mesmos apresentam. Sendo assim, o autor utiliza-se da seguinte argumentação:

Atualmente, não se concebe uma escola exclusiva para portadores de TDAH, uma vez que o convívio com colegas da mesma idade é benéfico. Assim lhes é apresentada a oportunidade de aprender a lidar com regras e com os limites de uma estrutura organizada, (MATTOS, 2003).

No dizer deste autor “a escola que melhor atende as necessidades destes alunos é aquela que tem como objetivo o desenvolvimento do potencial de cada um, respeitando as características individuais”. Assim é de suma importância reforçar os pontos fortes e auxiliar na superação dos pontos fracos, com isso pode -se evitar que essas crianças sejam classificadas como preguiçosa, avoada, indisciplinada, dispersiva, agressiva, desajeitada e desastrada.

Diante da complexidade que este transtorno apresenta, a comunicação entre a escola e a família é de fundamental importante, pois permiti que haja troca de experiências entre pais e professores. Compreende-se ainda, que seja preciso atenta-se ao tempo em que esses estudantes passam em casa ou na escola, esse tempo é essencial para a composição do quadro real do portador de TDAH.

A INCLUSÃO ESCOLAR

Para Papa, Viégas e Zamor (2015) a educação inclusiva se ampara na premissa de que é preciso olhar para o aluno de forma individualizada e colaborativa, contemplando suas habilidades e dificuldades. Portanto, entende-se que, incluir não significa necessariamente matricular no ensino regular os alunos com deficiência, mas deve garantir ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica, e também contar com o apoio do psicopedagogo, para que auxilie os demais, na inclusão, como um todo.

Segundo Papa, Viégas e Zamor (2015, p.02 apud SASSAKI, 1997) para este autor, “a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais”.

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 205, garante o direito à educação a todos os indivíduos. No artigo 206 é ressaltada a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Através desses artigos observa-se que, a constituição garante a todos os indivíduos o direito a educação sem distinção de raça, sexo, cor, origem ou deficiência. Está bem claro que não é permitido nenhum tipo de discriminação ou impedimento da matrícula do indivíduo com deficiência na rede regular de ensino.

A Conferência Mundial em Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha na cidade de Salamanca, em cooperação com a UNESCO, em 1994, ressalta que o direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reafirmado pela Declaração Mundial Sobre Educação para Todos. Na Declaração de Salamanca ficou estabelecido que:

Toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” e “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (MEC/SEESP, 2006: 33)

A educação inclusiva requer mais que integração, mas respeito à individualidade de cada um, considerando as necessidades e desejos apresentados pelo indivíduo com deficiência e a opinião da família em relação ao sujeito incluído.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº9394/96, no capítulo IV, artigo 59, que trata sobre educação especial, "os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades".

Neste contexto, a inclusão escolar requer participação ativa no processo de ensino e aprendizagem, socialização e vivência. Para que isto aconteça de forma efetiva é necessário que a escola se organize funcionalmente e estruturalmente para receber este aluno e incluí-lo no sistema educacional. Portanto, deve-se adaptar o currículo às necessidades dos alunos, e também promover oportunidades que se ajustem as habilidades diferenciada na intenção de garantir a inclusão de todos.

Entende-se então que, a Educação Especial deve fazer parte do cotidiano da escola, abrangendo a educação básica e o ensino superior, na intenção de garantir aos alunos que necessitem de apoio especializado e de intervenção pedagógica adequada, com maior eficiência no processo de ensino e aprendizagem, dentro do contexto no qual está inserido.

De modo geral, a inclusão escolar compõe uma proposta política pedagógica adequada que representa valores simbólicos essenciais, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa entendeu-se que o transtorno e déficit de atenção e hiperatividade, é um distúrbio neurocomportamental, e suas principais características são a desatenção e a hiperatividade, as quais

precisam ser estudadas cada vez mais, pelos profissionais da educação para que o aluno portador desse transtorno não seja considerado como mal-educados ou preguiçosos por não prestarem atenção e não ficarem quietos.

Através deste estudo foi possível compreender também, que aquisição da linguagem formal em estudantes com TDAH, apresenta desempenho inferior em relação aos outros estudantes, pois, sabe-se que o conhecimento ocorre a partir das interações sociais, logo, se na escola os conhecimentos são socializados de forma significativa, o aluno irá interagir e compreender o que lhe é ensinado. Além disso, a escola é o lugar onde esses estudantes estão sendo formado para conviver em sociedade, construindo suas identidades a partir dos confrontos com as diferenças e da convivência com o outro.

Pela pesquisa realizada, constatou-se que mesmo com todos os direitos garantido por lei aos estudantes portadoras de necessidades especiais, a educação formal na escola regular, ainda não está sendo desenvolvida de forma plena. Pois o desconhecimento desse transtorno por alguns professores prejudica o processo de ensino e aprendizagem do aluno com TDAH.

Embora o fracasso esteja presente nas classes comum, porém, ainda é possível obter bons resultados na vida escolar do aluno portador de TDAH. Ou seja, para que de fato aconteça a inclusão escolar é necessário que todos os profissionais da educação estejam comprometidos com estratégias que permita auxiliar o aluno na superação de suas dificuldades inerente ao transtorno, para que assim, o estudante adquira uma aprendizagem significativa.

Com está pesquisa foi possível sanar algumas questões relacionada ao transtorno e déficit de atenção e hiperatividade, em especial sobres as características e o diagnóstico que envolve o TDAH. No entanto, sobre a linguagem oral e escrita foram encontradas poucas pesquisas relacionadas ao tema, pois os estudos estão voltados para a evolução dos conceitos da linguística, trazendo assim, graves consequência para a vida social e acadêmica desses sujeitos.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Guiomar Silva de. **Processamento da Linguagem no Déficit de Atenção e Hiperatividade**/ Guiomar Silva de Albuquerque. - Rio de Janeiro: UFRJ / FL, 2008.

AMÉRICO Camila Della Passe. KAPPEL Natálie dos Reis Rodrigues. BERLEZE Adriana: **A Criança com TDAH: Análise do Desempenho Escolar e Engajamento Motor**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.2016.

BONADIO Rosana Aparecida Albuquerque, MORI Nerli Nonato Ribeiro. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Diagnóstico e Prática Pedagógica**. Maringá 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei federal nº 9.394 de 20.10.1996. Brasília. Ministério da Educação e do Desporto/ Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino. 1996.

Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> acesso em 08/04/2020.

GUEDIM Talita Fernanda Gonçalves; CAPELATTO Iuri Victor; AZONI Cintia Alves Salgado; CIASCA Sylvia Maria; CRENITTE Patrícia Abreu Pinheiro. **Desempenho do Processamento Fonológico, Leitura e Escrita em Escolares com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade**. São Paulo 2017.

OSHIMA Marlucci, PARRA Cláudia Regina. **Alteração Da Linguagem Oral Na Criança Com TDAH e Suas Implicações Sociais**. São Paulo, 2015.

ROHDE, L.A.; MATTOS, P.e cols. **Princípios e práticas em Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAPA Fernanda, VIÉGAS Silvia A. G. Zamor Anderson V. **Inclusão: Uma Mudança no Olhar da Comunidade Escolar Para a Construção de uma Escola Melhor Inclusiva**. Vol. I: 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Desktop/ARTIGO%20CIENTIFICO%20FAVENI/INCLMUDA NCAOLHARCOMUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/ARTIGO%20CIENTIFICO%20FAVENI/INCLMUDA%20NCAOLHARCOMUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf)>. Acesso em:15/03/2020.

**CAPÍTULO III - ADAPTAÇÃO EM CRECHE (ROSÁLIA DAS DORES
SILVA; SANDRA HELENA MIRANDA)**

ADAPTAÇÃO EM CRECHE

Rosália das Dores Silva

Sandra Helena Miranda

RESUMO

O presente artigo aborda algumas questões teóricas e estudos acerca do ingresso de bebês e crianças pequenas à creche. A problemática da separação precoce e suas consequências, os fatores e as mudanças que interferem na adaptação atingem tanto a criança, quanto a família, o educador, bem como à creche, e encarando as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas crianças e educadores para uma boa adaptação, evitando assim conflitos diante da nova situação. Um trabalho de adaptação bem conduzido possibilita que pais e educadores, através de uma convivência harmoniosa, na medida em que as crianças e pais conhecem o ambiente e a rotina da creche, tem maior oportunidade de adquirir confiança e estabelecer um vínculo afetivo com os educadores, alcançando assim uma relação produtiva, de um bem comum e respeito mútuo. Enfim, as rotinas diárias devem buscar autonomia e a formação da identidade, a construção de hábitos saudáveis, e tudo isso, é cuidar e educar as crianças em creches para a vida.

Palavras-chave: Criança. Adaptação. Creche.

INTRODUÇÃO:

No Brasil encontra-se em crescimento a participação da mulher no mercado do trabalho, com isso muitas delas tenham enfrentado o dilema de encontrar solução apropriada para o cuidado diário de seus filhos enquanto trabalham.

Nesta situação uma das opções é deixá-los na creche, que tinha a função de substituir a mãe somente nos cuidados. Porém com o passar do tempo muita coisa mudou, a creche deixou o papel de apenas cuidar para o papel de cuidar e educar, dando às crianças a oportunidade de vivenciar experiências enriquecedoras para o seu desenvolvimento.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas, como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

Muitas conquistas, a educação infantil vem adquirindo nas últimas décadas como: A qualificação dos profissionais para atuar na área, formação consistente e contínua, como também as leis que amparam as crianças quanto ao direito a educação desde os primeiros anos de vida.

A creche é uma das responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem da criança nessa fase inicial.

A adaptação é um processo pelo qual a criança passa ao ingressar na creche e esse processo não é uma tarefa fácil para a criança, como também para a família e profissionais que lidam diretamente com ela, pois durante este período a criança pode apresentar choro, resistência a alimentação e ao sono, como também sintomas físicos como febre, vômitos e muitos outros.

O presente artigo enfocará as possíveis razões do choro da criança nesse período, bem como as observações e intervenções feitos pelos profissionais da instituição, buscando lidar da melhor forma possível com a situação, diminuindo o sofrimento da criança com estratégias pedagógicas para melhor adaptá-la.

O professor tem um importante papel neste período de adaptação, pois ele é facilitador da socialização e integração da criança com brincadeiras e metodologias prazerosas e acolhedoras.

ADAPTAÇÃO EM CRECHE

No início do século XVI, o índice de mortalidade infantil era muito grande e vista de forma natural pelas famílias e pela sociedade. Uma vez que as crianças eram vistas como sujeitos de direitos, mas como seres imperfeitos, frágeis e dependentes, um ser que precisava ser lapidado.

Com o surgimento da família nuclear (pai, mãe e filhos), educar as crianças passa a ser uma tarefa primordial das famílias, mediante a isso o atendimento a criança pequena surgiu no Brasil, no final do século XIX, como reflexo direto de transformações da sociedade, assim como novos conhecimentos a respeito da criança e da realidade em que esta vive.

Assim começou a surgir instituições infantis e as quais se efetivaram a partir da segunda metade do século XIX, com a implantação de creches, destinados a cuidar das crianças pobres, devido ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, para aumentar a renda familiar, visto como caráter assistencial e filantrópico, como forma de buscar alternativas aos vários problemas sociais, como o aumento da população pobre e o desemprego.

A função da creche seria de substituir a mãe nos cuidados da criança com alimentação e higiene, composto por quadro de funcionários que não tinham formação, mas o requisito mais importante é que tinham que ser mãe. A sua organização, historicamente, corresponde a um modelo familiar, no qual cabe à mãe a responsabilidade de cuidar e proteger as crianças pequenas e assim é transportado a creche.

A criança e a infância, que vão sendo produzidas, configuradas e compreendidas ao mesmo tempo, “como al preservado das ameaças e também passa a ser ameaçador: a criança ora é pecadora; deve ser protegida e deve ter deveres; de toda maneira, sempre deve ser educada”. (ABRAMOWICK 2003, p.16)

A partir da década de 30, o Estado passa a incluir a criança entre suas preocupações, enfatizando a assistência social e educacional à infância, procurando diminuir a força dos movimentos reivindicatórios por creches e escolas maternas para os filhos das trabalhadoras.

A CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) criada em 1943 previa a organização de berçários pelas empresas para abrigar os filhos das operárias durante o período de amamentação, procurando regulamentar as relações entre capital e trabalho.

Abria espaço para entidades, que não a própria empresa empregadora da mãe, realizasse essa tarefa através de convênios. poder público não fiscalizou a oferta de berçários pelas empresas. Esta pequena conquista não foi efetivada na prática. Poucas creches e berçários foram organizadas nas empresas nessa época e mesmo posteriormente. (OLIVEIRA et al,1993, p.19)

Houve um aumento da demanda por creches nas décadas seguintes, principalmente, pelo reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da criança, além da reivindicação do Movimento de Lutas

por Creches, que se expandiu, em especial, nos grandes centros urbanos, exigindo do Estado ações nas modificações e reorganização das políticas sociais vigentes.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o reconhecimento da educação em creche cumprido nos sistemas de ensino. A partir dessa constituição se estabelece uma prioridade que, de certa forma, revoluciona os direitos da criança bem como um atendimento de qualidade, gratuito e garantido pelo Estado. Entretanto, tal lei:

Art.208- O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV- atendimento em creches e pré-escolas as crianças de 0 a 6 anos de idade. Art. 7º- são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. (BRASIL, 1988, p.148).

Entretanto, para que essa perspectiva se efetivasse na prática foi fundamental qualificar os profissionais que atuam na creche para assumirem um papel de educadoras e cuidadoras, a partir de ações intencionais fazendo assim a mediação entre a criança e o ambiente e a construção de novas situações e significados.

Conforme a LDB (1996), dispõe no título VI, art. 62, é de total importância que os profissionais tenham formação consistente e contínua que, deverá sempre que possível ser em nível superior e, como formação mínima, o curso normal com especialização em educação infantil.

A concretização em lei desses princípios resulta de uma nova forma de olhar a criança, e novos atendimentos acerca do cuidar e educar, o que representa uma ruptura com todo um passado marcado pelo assistencialismo. Entende que a educação já começa nos primeiros anos de vida, e é papel das creches participar desse processo junto com a família e a comunidade. Dessa forma, esses direitos legais representam grandes desafios no sentido de garantir o acesso a essas instituições e à qualidade do atendimento, principalmente das crianças de 0 a 3 anos

Concebendo a creche como uma instituição educativa, responsável pelo desenvolvimento e aprendizagem da criança.

“Não pode haver educação de crianças pequenas sem o cuidado do seu corpo, sua alimentação, sua saúde, sua higiene, seu crescimento e seu desenvolvimento motor e físico”. (DIDONET, 2003, p.08).

Encaixar a creche ao sistema de ensino significa romper com uma visão tradicional do papel da educadora, muitas das vezes, identificada como tia ou mãe crecheiras, onde o trabalho era desenvolvido em que qualquer pessoa poderia ser educadora de creche, no entanto que apresentasse habilidades inatas para educar a infância.

Atualmente, o papel da educadora de creche reveste-se de faces contraditórias de uma mesma realidade concreta. De um lado, essa atividade identifica-se com cuidados com alimentação, higiene, segurança e o descanso. Por outro lado, a atividade da educadora requer competência, conhecimentos e capacitação para o exercício da profissão, essa situação tem-se manifestado em diferentes concepções, objetivos, formas de funcionamento e ações com as crianças.

Segundo Rossetti-Ferreira, (2003, p.11), nas creches, observa-se uma segmentação de funções, em que “quem educa não se propõe a cuidar e quem cuida não se considera apto para educar”.

Muitas pessoas não gostam do termo adaptação. No dicionário Larousse ática (2001, p.14), adaptação quer dizer ajustamento, acomodação, o que é diferente das mudanças que vemos acontecer na creche. Quem se ajusta ou se acomoda é aquele que se submete a uma situação seja bom ou ruim. A submissão é tudo o que as pessoas que trabalham com educação querem evitar. O termo “adaptação” pode dar a ideia de conformismo, de submissão, de resignação. Por isso, muitos não gostam dele. Mas o termo pegou e ainda não se arranjou um melhor.

Os momentos iniciais na creche exigem sempre um esforço de adaptação por parte da criança, da família e daqueles que assumem seus cuidados.

Habitualmente, a criança convive com poucas pessoas em casa, com quem já estabeleceu um forte vínculo afetivo. Já na creche, a criança passa a conviver com um grande número de adultos e crianças, em um ambiente novo, essas novidades podem ser atraentes, quando enfrentadas em companhia de

um familiar, mas quando separadas deles, as novidades lhe causam medo. Porém se engana quem acha que só a criança enfrenta mudanças na entrada na creche, a família também sofre nesse processo, que tem de encaixar os horários da creche no seu dia a dia.

Quando a criança é muito novinha, a mãe frequentemente se pergunta: “Mãe que é mãe deixa seu bebê na creche?”.

Esse processo de adaptação também se estende ao educador bem como a creche, o educador vai descobrindo pouco a pouco, nesta criança e nesta família, seus novos parceiros do dia a dia, já a creche muda oferecendo seus serviços a família. Recebe a cultura, o hábito, a história delas. Enfim todos acabam mudando.

A época de adaptação é muito especial. Entretanto, não dá pra negar que as pessoas ficam mais sensíveis nesse período, e é justamente essa sensibilidade que pode facilitar ou dificultar as relações entre as pessoas, por exemplo:

-- Facilita, quando elas ficam mais flexíveis.

-- Dificulta, quando a sensibilidade produz um nível de ansiedade ou nervosismo muito grande segundo afirma Balaban (1988), a separação é uma experiência que ocorre em todas as fases da vida humana.

“A separação afeta as crianças. Afeta os pais. Os sentimentos nos professores. O início da vida escolar pode ser uma ocasião excitante ou também agradável. Existe com frequência crianças chorando ou pais tensos e nervoso (BALABAN, 1988, p.24).

Para uma adaptação mais tranquila é recomendável que os pais tragam as crianças para visitar a creche antes do período de adaptação a fim de mostrar para a criança o novo ambiente e começar o seu processo de familiarização com os professores e seus futuros coleguinhas.

O período de adaptação pode ser cuidadosamente planejado para promover a confiança e o conhecimento mútuo, favorecendo o estabelecimento de vínculo afetivo entre crianças, as famílias e os educadores. Dá-se assim, oportunidade para a criança ter experiências sociais diferentes da experiência familiar, fazendo contato com outras crianças em um ambiente estimulante,

seguro e acolhedor. Essa fase inicial, em que criança, família e educador estão se conhecendo, pode durar dias ou meses.

Para facilitar a integração da criança à creche nos primeiros dias, seu ingresso pode acontecer de forma a aumentar gradualmente o tempo que ela fica ali, nesse período, a presença de um dos pais ou familiares é importante para a criança, pois lhe transmite segurança e lhe dá apoio para explorar e conhecer o novo ambiente.

Durante a adaptação, a educadora vai auxiliando a criança a familiarizar-se com os novos horários de sono, alimentação e banho, buscando um equilíbrio dos seus hábitos e costumes, aproximando-os gradualmente até acomodá-los à rotina da creche. Segundo o Referencial Curricular Nacional de (1998) que diz:

O choro da criança, durante o processo de inserção, parece ser o fator que mais provoca ansiedade tanto nos pais quanto nos professores. Mas parece haver também, uma crença que o choro é inevitável e que a criança acabará se acostumando, vencida pelo esgotamento físico e emocional, parando de chorar. [...] Deve ser dada uma atenção especial às crianças, nesses momentos de choro, pegando no colo ou sugerindo-lhes atividades interessantes. (BRASIL, 1998, p.79)

As crianças pequenas manifestam seus sentimentos através do corpo, durante o processo de adaptação, o choro da criança é constante em toda as fases de adaptação, pois é através do choro que conseguem manipular o responsável que está fazendo a sua adaptação, também algumas vezes forçam vômitos, percebem que assim vão ter por perto aquela pessoa que não querem se separar e podem adoecer frequentemente, recusar alimentos, não dormir ou dormir demais etc. são formas de comportamentos muito comum que a criança encontra para reagir às novas situações.

“O desmame afetivo não pode ser brutal e a grande vantagem, dos jardins de infância está em que fazem uma transição lenta entre o meio familiar e o meio escolar.” (CUBERES, 1997, p.18).

suas crianças, a fim de evitar seu choro, segundo Rossetti (2003, p.50), “é preferível que a criança veja e saiba que estão saindo, que expresse sua tristeza ou raiva e que seja consolada. Com o tempo, ela vai perceber que voltam todos os dias para buscá-la”.

Neste primeiro contato dos pais com a creche, eles têm que estar seguros do que querem e a creche por sua vez, passar segurança para eles também, um momento muito difícil tanto para os pais quanto para as crianças. O ambiente, as novas rotinas, as pessoas não familiares, as separações diárias, são situações não confortáveis e um tanto quanto constrangedoras.

É de suma importância que, nessa fase, os pais e educadores, possam em primeiro lugar compreender e respeitar o momento da criança de conhecer o novo ambiente e estabelecer novas relações. Dando assim legalidade ao seu direito de ser a prioridade nesse contexto. À medida que ela vai se integrando, podem ser percebidas as influências positivas de sua permanência em uma creche que oferece boas condições para o seu desenvolvimento de aprendizagem e convivência. Podemos ver sobre isso no artigo 227 da LDB de 1988 que diz:

[...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. (BRASIL,1988, p.158)

A qualidade dos cuidados pendente em grande parte de habilidade das profissionais prestarem atenção em cada criança e levarem em conta as reações individuais de cada uma. Um período de adaptação bem conduzido possibilita que pais e educadores, através de sua convivência, estabeleçam uma relação produtiva, de confiança e respeito mútuo.

Para uma boa adaptação também se deve levar em conta a ação pedagógica das professoras, pois pode ser considerado um dos fatores mais relevantes em termos de adaptação de bebês e criança a escola.

“Apesar de a Educação Infantil ter um bom conceito, atualmente em nossa sociedade, ainda há insegurança e relutância por parte das famílias em colocar seu filho na escola”. (OLIVEIRA, 2001, p.25)

A boa relação efetiva entre crianças e educadores deve ser interpretada pelos pais como indicativo de um bom trabalho. Para isso, é importante que os pais conheçam bem qual é o papel do educador e como é seu trabalho. Isso

lhe permite viver essa fase com maior tranquilidade, transmitindo segurança para seu filho e facilitando assim sua adaptação.

A estimulação de crianças em atividades grupais gera clima de alegria que incita a curiosidade e finalmente a aproximação natural da criança ao grupo.

À medida que o bebê se adapta ao ambiente da creche, ele tende a apresentar melhor desenvolvimento em termos de sua oralidade, passa a interagir melhor com os outros bebês, a tornar-se mais ativo fisicamente, menos agressivo e a relacionar-se melhor com os adultos da escola. (OLIVEIRA, 2001, p.12)

A interação adulto/criança que ocorrem na creche são importantes para o desenvolvimento da criança. É o educador de creche, considerado como sendo todo o profissional que trabalha diretamente com as crianças, é quem vai mediar o desenvolvimento de propostas pedagógicas que irá possibilitar a exploração do potencial da criança, através da observação, chamando-lhe a atenção e oferecendo novos desafios. Tendo esse mediador momentos livres para brincar, pois através das brincadeiras que se formam elos afetivos entre adulto/criança e criança\criança. Cabe ao educador observar os tipos de brincadeiras que estão envolvidas, e assim organizar o tempo e o espaço, cuidando para que haja interações compartilhadas e sadias.

Sabemos que trabalhar com crianças pequenas principalmente menores de três anos, é difícil e complexo, é necessário para isso muito mais que gostar de criança. Significa ficar uma jornada inteira de trabalho, cuidando delas, tanto em termos de suas necessidades básicas, e desenvolvimento na proposta pedagógico. Além disso, é preciso paciência para situações corriqueiras que ocorrem com bebês e crianças pequenas, como choro, a briga e outras reações, determinando limites e dando-lhes atenção e carinho.

A ação pedagógica das educadoras pode ser consolidada um dos fatores mais relevantes em termos de adaptação dos bebês em creche. A qualidade dos cuidados depende em grande parte da habilidade de as profissionais prestarem atenção em cada um e levarem em conta as reações individuais dos bebês. Muitas vezes, entretanto, os baixos salários, inexperiência das educadoras, sua precária formação, acrescida a frequente troca de pessoas nas creches, são fatores que interferem na melhoria do trabalho com bebês. (RAPOPORT, 2005, p.19)

Com um bom trabalho de socialização, a criança a ser adaptada terá apoio e ajuda entre as demais colegas e professores que tem o papel muito importante, de mediador e facilitador da socialização. Se o educador é dedicado, seus alunos darão o apoio necessário para que aquela nova criança consiga se adaptar-se a nova rotina. O educador além de ser o mediador deve ganhar a confiança das crianças e seus familiares e ainda, conduzir esse processo, além de trabalhar seus próprios sentimentos. Estarão sendo postos o tempo todo à prova, é necessário sempre ampliar e capacitar os seus conhecimentos.

O processo de adaptação tem vida, ele se move de acordo com o sentimento e as percepções das pessoas nele envolvidas. O que toca, o que encanta, o que prende a atenção da criança é a descoberta que fará o educador no contato com ela. Este contato é dinâmico, através do alhar, do toque, do tom de voz, da brincadeira e da imaginação que aparece sempre vestida de faz-de-conta.

“Por ser a criança essencialmente emotiva e esta emotividade tendo tendência a propagar-se, o contato com a criança faz com que o adulto permaneça exposto ao contágio emocional”. (DANTAS, 1994, p.74).

Nesse caso o que está em jogo é o exercício de convivência, são as pequenas ações que fazem prevalecer à comunhão de uns com os outros, a socialização é primordial, enfim a efetivação do processo de uma adaptação de sucesso.

CONCLUSÃO:

A partir do momento em que as crianças foram vistas como sujeitos de direitos e não como seres imperfeitos, frágeis, dependentes e que precisava ser lapidado, deu-se no final do século XIX, no Brasil o atendimento a criança como novos conhecimentos a respeito dela e da realidade em que ela vive e foi a partir daí começaram o surgimento das instituições infantis com a implantação de creches com a função de substituir a mãe, onde se faz

necessário uma transição dos cuidados maternos para os cuidados dispensados pela educadora num ambiente desconhecido que é o da creche, além disso auxilia na elaboração da separação mãe/criança, procurando atenuar esse processo, e o mais importante é a forma de como a educadora trabalha com eles ou seja, comportamento do cuidador é um dos aspectos da qualidade do atendimento mais relevantes para compreender a adaptação efetiva entre criança e educadoras.

As reações da criança durante a adaptação à creche podem variar muito e dependem de diversos fatores, de forma que a compreensão da adaptação requer uma análise completa de todos os fatores envolvidos como: A criança, família, educadoras e cuidadoras, a própria creche, bem como a qualificação, preparação e planejamento. Este é um processo complexo e gradual no qual cada criança precisa de um período de tempo diferenciado para cada adaptação, mas a partir do momento em que ela se adapta ao ambiente da creche, de imediato apresenta o seu desenvolvimento em todos os termos. Um período de adaptação bem conduzido possibilita que pais e educadoras através de sua convivência, estabeleçam uma relação produtiva de confiança e respeito mútuo.

Com o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, reconhecendo que a educação é um direito da criança e dever do Estado, foi fundamental qualificar os profissionais que atuam em creches e pré-escolas, a assumirem um papel de educadoras e cuidadoras com a nova forma de olhar a criança e novos atendimentos acerca do cuidar e educar, considerando como prioridade nesse contexto e contribuindo para uma adaptação de sucesso.

REFERÊNCIAS:

ABROMOWICZ, Anete. **“O direito das crianças à educação infantil”**. Campinas: Papirus, 2003.

BALABAN, Nancy. **O início da vida escolar: da separação à independência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação** Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gradis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CUBERES, Maria Tereza. G. A Educação Infantil: **entre as fraldas e as letras: Contribuição à Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DANTAS, Heloysa, **Emoções e ação pedagógica na infância**: Contribuição de Wallon. In: Temas de Psicologia n. 3. (1994).

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de et al. Creches: **Criança, Faz-de-Conta e Cia**. Rio de Janeiro: Vozes 2001.

RAPOPORT, Andréia. **Adaptação de bebês à creche**: a importância da atenção de Pais e educadores/Andreia Rapoport – Porto Alegre: Medicações, 2005.

ROSSETI – FERREIRA, Clotilde; VITÓRIA, Telma. **Processo de adaptação na creche**. Cadernos de pesquisa. São Paulo, nº 86, p.55 – 64 agosto. 1993.

ROSETTI – FERREIRA, Clotilde. **Os Fazeres na Educação Infantil** – 6ª ed.- São Paulo: Cortez, 2003.

VITÓRIA, S.M. e Ferreira M.C.R. **Processo de adaptação em creche**. Caderno de pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n: 86. São Paulo: Cortez, 1993.

**CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO INFANTIL X PANDEMIA (ANGÉLICA
PATRÍCIA LOPES DE BARROS; ADENILZE LARA ARAÚJO CARLOS;
KÁTIA ROSANA DE OLIVEIRA; NIRCE MARIA FERNANDES)**

EDUCAÇÃO INFANTIL X PANDEMIA

Angélica Patrícia Lopes de Barros¹

Adenilze Lara Araújo Carlos²

Kátia Rosana de Oliveira³

Nirce Maria Fernandes⁴

RESUMO

Em tempos de pandemia do Covid 19, onde o distanciamento social foi umas das estratégias adotadas mundialmente para a não propagação do contágio, a forma encontrada pelas unidades de ensino foram as atividades remotas. As crianças da educação infantil de 0 a 3 anos de 11 meses que são as crianças matriculadas em Creches, CEICs e CMEIs, foram as mais prejudicadas, pois além de alguns pais não terem acessos a internet, muitos não tinham tempo necessário para realizar as atividades com seus filhos, devido ao trabalho ou pelo fato de a criança ficar aos cuidados de outras pessoas. Um percentual de 70% das crianças nesses tempos de pandemia não participou das atividades remotas, dificultando a relação entre elas e os educadores e a perda do seu desenvolvimento e habilidades sociais, pois ficaram em casa e sem contato com o mundo, sem poderem brincar e interagir com outras crianças que não sejam do seu convívio familiar, antes o parquinho agora uma tela de celular.

Palavras-chave: Educação Infantil. Pandemia. Desenvolvimento. Direitos de aprendizagem. Crianças.

Introdução

A Educação Infantil é o primeiro contato da criança com o mundo fora do seu ambiente familiar e as unidades que atendem essa fase etária como Creches, CEICs, e CMEIs são a porta de entrada para o mundo escolar dessas

¹ Graduada em Pedagogia (FAIARA), Especialista em Educação infantil (Faculdade Invest), Técnica em Desenvolvimento Infantil na Rede Municipal de Ensino de Cuiabá, atualmente Gestora no CEIC Lucila Ferreira Fortes. E-mail: angelpatibarro@gmail.com

² Graduada em Pedagogia (UFMT), Especialista em Docência na Educação infantil (UFMT), Técnica em Desenvolvimento na Rede Municipal de Ensino de Cuiabá, atualmente Coordenadora Pedagógica no CEIC Lucila Ferreira Fortes. E-mail: adenilzelara@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia (UFMT), Especialista em Docência na Educação Infantil (UFMT). Técnica em Desenvolvimento na Rede Municipal de Ensino de Cuiabá, no CEIC Lucila Ferreira Fortes. E-mail: katiarosana.oliveira@gmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia (UFMT), Especialista em Docência na Educação Infantil (UFMT). Professora na Rede Municipal de Cuiabá, atualmente Assessora Pedagógica na Secretaria Municipal de Cuiabá. E-mail: nircelegal69@gmail.com

crianças, onde neste ambiente ela passa a interagir e descobrir um novo mundo a sua volta.

Essa fase da criança de 0 a 3 anos e 11 meses é de suma importância pois a criança começa a desenvolver as suas habilidades sociais, expressiva, onde farão amigos, aprenderão a interagir, conviver e respeitar o outro.

A Educação Infantil tem o papel importante de despertar nessas crianças suas percepções, suas potencialidades, apresentando a elas conhecimentos e saberes diversificados através das interações e brincadeiras, criando nelas sensações e descobertas que serão essenciais para seu processo de ensino/aprendizagem, desenvolvendo também sua autonomia, sua identidade e seus saberes.

E durante a pandemia do Covid 19, as crianças não puderam participar dessas descobertas, nem interagir com o outro, seja com outras crianças e adultos num mesmo espaço físico. Devido ao vírus e sua propagação, tivemos que adotar novas estratégias para que as atividades não parassem, iniciamos o processo de atividades remotas, mas com grande perda, pois antes a criança realizava suas atividades com seus colegas, e agora através de uma tela fria onde o professor passa as atividades através de vídeos curtos com a explanação de como será a execução da atividade, de forma lúdica, por mais estímulo que a atividade apresentasse muitos não participavam, por não terem acesso a internet ou por estar aos cuidados de pessoas estranhas e que não tinham acesso as atividades postadas nos grupos de Watshapp e com esse distanciamento houve um retrocesso no desenvolvimento dessas crianças, pois antes aconteciam atividades coletivas e no período pandêmico, as atividades eram realizadas de maneira individual, junto e com auxílio da família e está por sua vez nem sempre conseguia acompanhar por vários motivos, entre eles, a ausência dos mesmos por conta de que saíam para trabalhar e só retornavam para seus lares no findar da tarde e início da noite. Mediante essa situação, a aprendizagem das crianças acabou sendo prejudicada.

Importante salientar que, cabe ao educador observar essa criança, ajudando-a em suas dificuldades, estimulá-las na autonomia, interação com seus pares, construção de criatividade e raciocínio e saber lidar com suas emoções.

Nesse retorno as atividades presenciais, o distanciamento social, o uso de máscaras, as brincadeiras e atividades individuais, ainda são dificuldades encontradas em sala e nos planejamentos, pois em respeito às orientações sanitárias, ainda há dificuldade de uma interação maior nessa etapa da educação infantil, pois eles são pequenos e ainda não tem o entendimento de não poder se sentar próximo do seu coleguinha, abraçar o coleguinha, a professora, dividir o mesmo brinquedo.

O excesso de exposição às telas, o confinamento geraram alguns impactos negativos no desenvolvimento e na socialização da vida dessas crianças e diante destes obstáculos os educadores estão se reinventando e repensando formas e maneiras nas quais todas as crianças participem das brincadeiras, buscando desenvolver a capacidade de todos e proporcionar nesses momentos a interação, a alegria e o divertimento, buscando trabalhar o emocional, proporcionando o bem-estar nos aspectos físicos, motores, cognitivos, devolvendo a elas, o direito de ser criança.

O que temos observado nessas crianças é que estão com o emocional abalado e sentimentos como, medo, ansiedade, tristeza, tédio, acabam potencializando a agressividade e o profissional que está mediando toda essa situação de ensino-aprendizagem através dos campos de experiências, das vivências, deve primeiro ter a sensibilidade de proporcionar o acolhimento a essas crianças, apresentar o melhor ambiente através dos arranjos espaciais ou cantinhos, de modo que, todas as crianças sejam contempladas, respeitando o seu direito de ser criança e de estar num espaço pensado só para ela, pois a criança é sujeito de direitos.

Educadores e o desafio contínuo na pandemia

Continuar garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento através do cuidar e educar, que para a educação infantil são indissociáveis para essa faixa etária foi um grande desafio aos educadores. Ter a participação dos pais na realização das atividades remotas, antes de forma presencial já era difícil, pois na concepção dos pais, as crianças ficam na creche somente para

brincar, não entendem que são através das brincadeiras e interações que as crianças aprendem a contar, a reconhecer cores e as formas geométricas, a ter contato com o ambiente alfabetizador, contação de histórias, a interagir, a socializar, entre tantas outras ações que podem ser realizadas com as crianças.

E como realizar atividades que contemplem as aprendizagens de forma não presencial, tendo a família como protagonistas nas práticas pedagógicas?

Uma das formas encontradas foi ajudar os pais a entenderem que todas as vivências cotidianas da criança são objetos de conhecimento e através dos vídeos gravados e enviados, os educadores orientam a família como realizar as brincadeiras, as atividades e como estimular a criança a participar, e no momento oportuno, socializar com os pais, através de vídeos ou fotos durante a realização da atividade. Ressaltando que as famílias foram incentivadas a participar da realização das atividades pedagógicas de forma complementar junto a seus filhos para que pudessem manter a rotina escolar e a continuidade do aprendizado dentro da normalidade possível para o momento vivido, mas sem muito exigir, tendo em vista a dinâmica da rotina familiar.

Assim, mantivemos uma parceria com os pais, para que se sentissem estimuladas em realizar as atividades com seus filhos, levando-os a desenvolverem de modo integral seus saberes e conhecimentos, conforme preconiza a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Considerações Finais

Durante o período de afastamento em decorrência da pandemia de Covid 19, nos deparamos com muitos desafios para a continuidade das atividades realizadas essencialmente até então dentro do ambiente escolar. Tivemos que nos reinventar e transformar nosso modo de fazer e agir, superando e nos adaptando aos novos caminhos do ensino, que se tornou possível com os meios digitais.

O retorno as atividades presenciais e ao ambiente escolar, nos mostra que inegavelmente, o modelo de ensino até então conhecido e pensado como

possível na educação infantil, mudou. A tecnologia tornou-se uma grande aliada e certamente permanecerá e deverá ser vista como uma nova ferramenta que possa favorecer as práticas pedagógicas, unindo família e escola, criando possibilidades de vivência.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Lei nº 9.394/96, Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

RASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN*. Lei nº 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*. Volume 1: Introdução. Brasília, 1998.

**CAPÍTULO V - O GÊNERO LITERÁRIO FÁBULA PARA A FORMAÇÃO
DE CRIANÇAS LEITORAS (CRISLAINE BARBOSA DE MIRANDA;
BRUNA CORRÊA LINO; DANIELLA JESUS FIALHO DE ARRUDA;
MARIELLE DA SILVA MARTINEZ; REGIANI PINAFI CARVALHO)**

O GÊNERO LITERÁRIO FÁBULA PARA A FORMAÇÃO DE CRIANÇAS LEITORAS

Crislaine Barbosa de Miranda
Bruna Corrêa Lino
Daniella Jesus Fialho de Arruda
Marielle da Silva Martinez
Regiani Pinafi Carvalho

RESUMO

Este estudo tem como objetivo de relatar a importância e a contribuição do gênero fábulas para a formação de crianças leitoras, temática que surgiu por meio de uma investigação, mediante a uma pesquisa bibliográfica e documental por meio de narrativas e pesquisa colaborativa, discutindo o papel da escola como formadora de crianças leitoras., além de poder observar a magnitude da narrativa fábula e sua importância para a formação escolar. O gênero fábula da literatura infantil apresenta um valor inestimável para a vida escolar de uma criança. Há inúmeros pontos significativos quando se trata na contribuição da fábula para a formação de pequenos leitores. Além de que a narrativa fábula desperta na criança a imaginação, levando-as vivenciar novas e enriquecedoras experiências.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Crianças. Fábulas.

INTRODUÇÃO

Partindo das vivências e da desvalorização desse gênero literário fábulas no meio escolar/educacional, optamos por melhor compreender a importância desse gênero para a formação de crianças como pequenas leitoras. Formulamos, então, como análise a seguinte questão: Qual a contribuição do gênero literário fábulas para a formação de crianças leitores?

Pensando nisso estabelecemos determinados objetivos, como o de compreender gradualmente a pesquisa científica no processo acadêmico, a aprendizagem dos métodos científicos estimulando a formação de professores-pesquisadores que pensam criticamente frente aos problemas encontrados na realidade da sala de aula. Consequentemente compreender os fundamentos teórico-metodológicos do processo discursivo no ensino inicial da leitura e escrita para crianças do ciclo de alfabetização.

Além de estudar a bibliografia especializada sobre a importância da fábula, a fim de compreender as diversas concepções teórico-metodológicas do processo de alfabetização e letramento.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA LITERATURA DE TRADIÇÃO ORAL

O início da literatura infantil surgiu no século XVIII com Fenélon (1651 – 1715) com o intuito de doutrinar moralmente as crianças, sobre o valor do bem e o desvalor do mal.

Como a criança era vista como um adulto em miniatura, os primeiros textos infantis resultaram de adaptações ou da minimização de textos escritos para os adultos. Expurgadas as dificuldades de linguagem, as digressões ou reflexões que estariam acima do que eles consideravam possível para a compreensão infantil; retiradas as situações de conflitos não exemplares e realçando principalmente as ações ou peripécias de caráter aventuroso ou exemplar, as obras literárias eram reduzidas em seu valor intrínseco, mas atingiam o novo objetivo, atrair o pequeno leitor/ouvinte e levá-lo a participar das diferentes experiências que a vida pode proporcionar ao nível do real ou do maravilhoso. (PAÇO, 2009, p. 13).

A literatura infantil tem o poder de apresentar para as crianças uma terra nova, com diversas aventuras, a qual leva a desvendar mistérios, viver momentos de ações e suspenses, além de poder ser a mocinha, mas também ser o vilão, viver como a princesa ou talvez como o palhaço, transforma – se no dragão ou em um pequenino rato, de se aventurar na selva ou poder apreciar a calma do cerrado. Entre tantas possibilidades, a literatura infantil se faz e refaz a cada nova leitura. “A literatura infantil leva a criança a descoberta do mundo, onde sonhos e realidade se incorporam, onde a realidade e a fantasia estão intimamente ligadas, fazendo a criança viajar, descobrir e atuar num mundo mágico, podendo modificar a realidade seja ela boa ou ruim”. (PAÇO, 2009, p. 12).

O gênero de literatura infantil é recheado de diversas propriedades e características, uma delas é a tradição oral, que resulta no saber ou conhecimento que é repassado oralmente de geração em geração. Tomando formas assim de cânticos, canções, contos, provérbios ou baladas. A

transmissão de determinadas histórias, contos, podem perpetuar uma linhagem familiar por inúmeras gerações, o ato de contar tem o poder de desenvolver inúmeras competências.

A tradição oral está enraizada em nossa cultura, e a criança por estar inserida no âmbito da sua comunidade ela acaba sendo introduzida nos costumes e absorvendo as práticas do seu meio.

Portanto o aluno não entra na escola como uma “folha em branco” a ser preenchida com os saberes do professor e da cultura letrada. Ele é, sim, um indivíduo em processo constante de constituição de subjetividade e conhecedor da língua materna tanto na modalidade falada como na modalidade escrita. Os saberes da cultura letrada a serem transmitidos oficialmente pela escola devem ser acrescentados em uma negociação que respeite os saberes de sua comunidade e de sua família. (GOMES, MORAES, 2014, p. 16).

Sendo assim a tradição oral tem como finalidade fundamentar a identidade cultural, salientando assim a importância da oralidade para a formação e conhecimento da história da vida da espécie humana. E através da perpetuação desta oralidade é que hoje usufruímos de um rico patrimônio linguístico e literário a qual tem englobado inúmeros gêneros e características como as fábulas.

CONCEITUANDO O GÊNERO FÁBULA

Mas o que são Fábulas? Fábulas são elaborações literárias curtas, geralmente escritas em versos ou prosas. São histórias que mencionam sempre determinadas lições de morais, transmitindo assim uma mensagem ao fim das narrativas. “As fábulas propõem um enigma. Uma mensagem que deve ser decifrada para se entender um ensinamento de vida. Isso acontece por meio de analogias, em que se conta uma ação para demonstrar uma ideia”. (CANTON, 2006, p.10).

A moral é uma característica muito forte no gênero fábula, tornando - se presente assim nas fábulas tradicionais, que na qual revela sempre uma opinião do autor.

A fábula tradicional apresenta-se como uma representação que não plasma, mas mostra os valores, a moral³⁹, a visão de mundo do indivíduo que a produz e, além disso, evidencia seu propósito pedagógico. Um dos principais traços da fábula contemporânea é a ausência da moral manifesta, da intencionalidade de discursos morais, estes compreendidos como um posicionamento explícito da ética do autor e um cunho pedagógico da narrativa. (SOUZA, 2018, p. 42).

Os contos através das fábulas apresentam sempre personagens por meio de animais, na qual possuem características humanas, além de diversas formas da natureza.

Muitas vezes essas pequenas narrativas são repletas de humor – sabendo o quanto o riso pode ligar-se à sabedoria. As fábulas utilizam como personagens animais, formas da natureza, pessoas e, mais raramente deuses gregos clássicos. Tudo ganha vida e se expressa para passar a tal mensagem. (CANTON, 2006, p.10).

Uma das curiosidades a respeito das fábulas é do uso dos animais em suas narrativas, qual o intuito de utilizar esse tipo de personagem nos textos. É algo que chama atenção das crianças, pois são animais que ganham vida, mas no fim possui um significado pertinente.

A utilização dos animais neste gênero literário está ligada ao fato das civilizações orientais se preocuparem com a vida depois da morte, acreditavam em um mundo para além da morte. Mundo que respeitavam, pois acreditavam que após a morte a alma humana era transmitida para os animais. Desta maneira, a fábula nos leva a dois mundos: o imaginário que nos fascina até hoje pela tua magia e principalmente pela sua representação e simbologia e ao real, fazendo nos refletir sobre o comportamento humano em sociedade. (BARROS, OLIVEIRA, SILVA, BALBINO, ARAÚJO, 2013, p.5).

As Fábulas surgiram por volta do século XVII A.C., e sua origem provém da Suméria, porém muito pouco se sabe ainda do princípio das fábulas, porém “atualmente, muitos autores têm recorrido ao gênero com o intuito de renová-lo, deixando as marcas do momento histórico e social no qual estamos vivendo” (SOUZA, 2018, p.41).

A construção da fábula decorre também das circunstâncias do nosso cotidiano. Sendo assim ela é apresentada de maneira fabulosa, melhor dizendo fantasiosa e nesse contexto a atenção das crianças se volta para esse gênero literário. “As fábulas apresentam um caráter lúdico devido à sua ligação com o fantasioso e com o imaginário, o que a torna um gênero atrativo para a leitura,

e conseqüentemente para a escrita, principalmente ao público infante-juvenil”. (SANTOS, 2016, p.32).

Porém este gênero literário não foi especificamente criado para o público infantil, nem mesmo direcionado para as crianças de início. De acordo com SANTOS:

A princípio, era para o público adulto que esse gênero se voltava como meio de entretenimento e encaminhamento moral. Ele servia também para alertar sobre situações que poderiam ocorrer na vida real, transmitir um pensamento, fazer uma crítica ou satirizar a sociedade. Por conta desse caráter educativo e intenção moralizante, percebeu-se uma conveniência de direcioná-lo também para o público mais jovem. (SANTOS, 2016, p.32).

Este gênero literário pode proporcionar aos pequenos leitores inúmeras possibilidades, como a formação de valores, atitudes, ações e concepções. Além de trazer uma grande reflexão. “As fábulas inspiram a todos que leem por retratar diferentes tipos de emoções e sentimentos, como: amor, carinho, esperança, humildade, sabedoria, entre outros”. (BARROS, OLIVEIRA, SILVA, BALBINO, ARAÚJO, 2013, p.5).

A fábula tem o poder de se reinventar através de suas narrativas e da sua moral, a maneira como é abordado cada história e temática, podemos observar na riqueza das palavras e seus significados.

Ao se fazer essa breve abordagem sobre o gênero fábula, é possível reconhecer sua riqueza discursiva e como tal gênero pode ser bem aproveitado em sala de aula. O trabalho com as fábulas suscita discussões pertinentes no que tange a questões morais e éticas, normas comportamentais, etc. Relacionando com o cotidiano dos alunos, tais abordagens podem ser ampliadas ao se fazer referências com problemáticas e polêmicas da atualidade. (SANTOS, 2016, p.33).

A fábula dispõe de diversas particularidades, como o de desenvolver aspectos progressivos nas crianças.

A fábula, na qualidade de gênero discursivo, permite ao leitor desenvolver suas competências linguísticas, críticas e interpretativas. Esse gênero permite relacionar fatos fictícios à realidade do sujeito e, ao mesmo tempo, rever conceitos humanos de forma simples e clara, fazendo com que o aluno possa começar a construir e/ou aprimorar sua criticidade e expressividade discursiva, facilitando, dessa forma, o processo de produção escrita. (SANTOS, 2016, p.40)

O gênero literário fábula ficou muito conhecido através de um escravo contador de história, da Grécia antiga no século VI A.C., chamado Esopo, mas

qual seria a história deste homem tão conhecido e admirado por muitos até os dias de hoje?

ASPECTOS DA VIDA E DA OBRA DE ESOPPO

Esopo é conhecido atualmente como o criador da fábula, melhor como o Pai da fábula. Esopo seria originário da região centro oeste da antiga Ásia Menor, possivelmente da Frígida. Porém muito pouco se sabe sobre o considerado Pai da fábula, pela falta de documentação a respeito dos seus feitos e de suas origens. Além de que seus contos eram transmitidos verbalmente e isso facilita a modificação de suas fábulas.

Muitos dizem que ele pode ser uma lenda, devido á dificuldade em reunir documentação suficiente que comprove sua existência real. Eu, particularmente, acredito em sua existência e em seus feitos magníficos, que nos deixaram a deliciosa herança das fábulas, que, com criatividade, humor e inteligência nos transmitem as mais diversas mensagens de vida. (CANTON, 2006, p.13).

Atualmente são atribuídas 700 fábulas á Esopo, sem contar as adaptações e recontos feitos de suas obras originais. Porém como já dito, a dificuldade pelos registros direcionados há Esopo e suas fábulas são escassos e isso dificulta á atribuição de muitas outras obras a seu nome.

De acordo com alguns relatos, Esopo teria sido morto injustamente na cidade de Delfos, pelo desaparecimento de um vaso de ouro no templo de Apolo, situação tramada pelos próprios delfianos para acusá-lo de roubo, em punição ao suposto roubo Esopo foi lançado de um enorme rochedo pelo crime que supostamente haveria cometido. Porém após a sua morte em Atenas realizaram uma estátua em sua homenagem. Considerado de aparência desagradável “Esopo foi imortalizado como a figura de feiura externa que esconde uma grandeza de espírito. Na dúvida, não podemos deixar de admirar esse contador de histórias que nasceu escravo e, que, juntando riso e sabedoria, tornou-se um dos maiores comunicadores da história humana”. (CANTON, 2006, p.17).

Podemos disser que Esopo nos deixou um belíssimo presente que são as

Fábulas, experiências de tempos atrás, a qual o intuito é de reflexão sobre os valores perpetuados pela história. As fábulas são de grande significância para a formação escolar e para a vida de uma criança, pois ela transmite seriedade e nos aproxima da realidade contada através do lúdico.

ASPECTOS DA VIDA E DA OBRA DE LA FONTAINE

O escritor Jean de Lan Fontaine nasceu no dia 13 de julho de 1621, na cidade de Château – Thierry na região de Champagne. E faleceu no dia 13 de abril de 1695 em Paris.

Formado em direito Lan Fontaine desistiu da carreira mesmo após o término do curso e adentrou ao seminário católico, porém depois de um tempo desistiu da prática e se casou aos 26 anos de idade, 11 anos mais tarde se separou. Após a sua mudança para Paris foi que La Fontaine dedicou – se a carreira literária. “Nosso escritor iniciante chegou a Paris em 1658. Em 1654, quatro anos antes, La Fontaine havia estreado no mundo literário com uma comédia.” (CANTON, 2008, p.8).

Jean de La Fontaine realizou sua primeira coletânea de fábulas em 1668, surgindo assim suas primeiras obras literárias do gênero fábulas.

Talvez a maior contribuição do poeta La Fontaine para a humanidade tenha sido sua capacidade de transformar as narrativas das fábulas em poemas muito bem escritos e ricos em imagens. Com seu talento como escritor; Jean de La Fontaine revitalizou fábulas – narrativas curtas, cheias de sabedoria, que se utilizam particularmente de animais que assumem condutas e falas humanas. (CANTON, 2008, p.11).

Ao todo, 124 fábulas integram as obras de La Fontaine. “Como todos os autores de contos populares, fábulas e contos de fadas. La Fontaine trabalhou com uma noção de reconto, utilizando como fontes primárias, fábulas gregas e indianas.” (CANTON, 2008, p.12). Porém a maior parte de suas fábulas provém das narrativas de Esopo. Sendo assim as obras de Jean de La Fontaine apresentam maior quantidade de detalhes, além de não possuir a moral escrita no fim da narrativa.

O escritor Jean de La Fontaine foi um autor consagrado e renomado, deixou um legado de agraciamento por meio de suas obras cheias de particularidades e riquezas, as quais revelam hoje o gênio da literatura, suas narrativas são luz para os nossos dias.

A ESCOLA COMO FORMADORA DE CRIANÇAS LEITORAS

As crianças estão adentrando na escola prematuramente, porém o contato com a linguagem se inicia antes mesmo da vida escolar, porém muitas crianças não possuem em suas vivências uma aproximação real com a leitura. Afinal livros não são dados a mãos de crianças, pois elas possuem há tendência de morder, rasgar, rabiscar, arremessar; e essas práticas não são vistas com bons olhos pela família.

Então cabe a escola de ter essa atitude de apresentar o mundo dos livros e de incentivar o contato dos alunos com a leitura. Mas a realidade tem sido outra dentro das instituições escolares, as crianças estão se afastando cada dia mais dessa experiência, a aproximação dessa prática tem sido insignificante. Livros e mais livros abarrotam as bibliotecas nas escolas, mas o intuito tem sido apenas de acumular poeira. Portanto, segundo Oliveira (2005).

A sala de aula e a biblioteca são, na maior parte das escolas, ambientes que não têm praticamente nenhuma vinculação entre si. É preciso esperar a autorização da autoridade escolar, seja bibliotecário ou professor, porque existe um momento certo para adentrar esses ambientes. A leitura está, dessa forma, fora do sujeito, que se subjugava ao autoritarismo da interpretação oficial. (OLIVEIRA, 2005, p. 108).

A leitura no ambiente escolar deve ser constante e servir de estímulo para o estudante, pois é a instituição escolar que por obrigação elabora e cria meios para a inserção dessa prática na escola. Cabe a gestão organizar projetos de incentivo, oferecer aos alunos um espaço adequado para que a leitura seja posta de maneira agradável e com isso redimensionar suas condutas em relação ao desempenho da escola para com os alunos.

Portanto as escolas em gerais precisam repensar os seus meios de realizar a interação da leitura com as crianças, esse contexto necessita de ser

apresentado para os alunos de maneira inovadora, com o objetivo de verdadeiramente forma os receptores como aprendizes dessa realidade. A escola precisa caminhar juntamente com os alunos, para que conheça as necessidades das crianças, para que assim utilize os meios necessários para uma formação de qualidade.

A PROFESSORA COMO MEDIADORA DA LEITURA LITERÁRIA

Ser professor está além de ensinar, é mais que estar em uma sala de aula. Ser educador consiste naquilo que te impulsiona a ser melhor a cada dia, em ser e realizar a diferença, em transmitir vivências que possibilitem o aprendizado, para assim obter a transformação e a formação do aluno. Portanto para que esse feito seja realizado é necessário que o professor seja o incentivador dessa prática, que caminhe juntamente com os alunos, instigando a cada um a possuir esse contato com a leitura. E não comporta-se de maneira tradicional e autoritária, levando a uma educação precária.

Nas práticas tradicionais de leitura, o que ainda vemos na relação professor-aluno é uma concepção em que o Eu (professor) não leva em consideração o tu (aluno). A palavra converge para os saberes que o professor tem a transmitir, independentemente dos saberes que a criança traz do seu meio histórico e social. Na sala de aula, ao escolher as leituras para o aluno, a primeira pessoa (Eu – professor) é aquela que exerce a autoridade, a disciplina de leitura, o que pode ser lido ou o que não pode ser lido. (OLIVEIRA, 2005, p.108-109).

Pensando dessa maneira o professor necessita compreender que é o seu dever realizar a mediação do aluno com a leitura. Quando pensamos em leitores, temos que nos atentar que as crianças não iniciam uma leitura da noite para o dia, ou já nascem com o desejo de ler. Toda essa prática tem que ser construída, e isso leva tempo, persistência e muitas vezes estratégias para com a situação. Hoje quando falamos de aprendizado, precisamos focar em que nossas crianças precisam e não dar a elas o que achamos que é necessário.

A leitura é para o leitor oportunidade de aquisição de uma cultura geral. Nesse sentido, talvez seja preciso refletir que nem tudo que o

adulto julga útil como aquisição de conhecimentos, valores e regras, está no campo dos interesses da criança, mas que dentre os bens culturais de uma sociedade existem saberes relevantes e irrelevantes, que cada leitor vai discernindo, a medida do desenvolvimento do seu processo. Portanto e resolve o leitor é quem melhor sabe qual leitura lhe agrada e resolve suas necessidades imediatas. (OLIVEIRA, 2005, p. 119).

Muitas vezes o professor não tem ideia de como introduzir a leitura na vivência da criança, e acabam utilizando-se de meios inapropriados para o incentivo da leitura. As elaborações de atividades sem objetivos claros acabam de certo modo sendo frustrante para o aluno, pois é ele que participa do processo de ensino e aprendizagem.

O profissional da educação deve traçar meios e mecanismos para exercer sua função de educador de maneira sólida e eficaz, pois o professor tem a oportunidade de criar hábitos desde cedo nas crianças, demonstrando que o ato de ler pode levar a incontáveis aspectos como o conhecimento, a diversão, a diversas emoções. A criança tem a tendência de imitar o que ela vê, pensando nisso é que o professor tem como possibilidade de incentivar o aluno através dessa percepção. A criança deve compreender o porquê de ler, e ter o professor como o espelho dessa vivência.

CONCLUSÃO

A fábula tem por potencial levar a criança a um nível elevado de saberes e sabores, permitindo que ela se deleite no momento da leitura. Desta maneira o processo de inserção da leitura na vida infantil se torna prazerosa e significativa.

Infelizmente essa prática literária tem se tornado esquecida e desvalorizada, pois os estudantes não possuem acesso a esta variedade de literatura e isso afeta diretamente o avanço das crianças em conhecer os aspectos das obras literárias e suas diversidades de gêneros linguísticos.

Sendo assim a proposta deste artigo foi justamente apresentar a riqueza do gênero literário fábulas para o processo de formação da criança como leitora, além de valorizar esta herança valiosa que foi transmitida por longos

períodos através da tradição oral. E isso é sem dúvida um marco para a história da literatura infantil.

Portanto, a fábula é indispensável para a vida dos pequenos leitores, e isso torna a sua atuação de extrema importância para a vivência escolar desde os anos iniciais. Pois o incentivo à leitura deve ser valorizado desde cedo, ainda na infância.

Contudo, vale ressaltar que a nossa sociedade atual necessita valorizar mais o mundo da leitura e principalmente da literatura infantil, os livros nas mãos das crianças estão cada vez mais raros, o hábito de ganhar e dar livros estão sendo esquecidas, as bibliotecas estão cada vez mais vazias, pois a desvalorização tem tomado conta da nossa sociedade. Mas como já dito, sabemos que a escola deve ser a principal formadora de crianças leitoras e requer que o professor seja o incentivador dessa prática, para que em unidade possamos estabelecer a formação de crianças leitoras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubens. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 6ª Edição. Papirus Editora, 2003.
- ARRUDA, Daniella. **Escolas Femininas Cuiabanas (1889 – 1910)**. Cuiabá, 2017.
- BARROS, Genaldir; OLIVEIRA, Lisiane; SILVA, Raulene; BALBINO, Elizete; ARAÚJO, Dayane. **O uso do gênero fábula nos anos iniciais do ensino fundamental: relato de uma sequência didática**. Curitiba, 2013.
- CANTON, Katia. **Era uma vez Esopo: Reconto por Katia Canton**. São Paulo 2006.
- CANTON, Katia. **Era uma vez La Fontaine: Reconto por Katia Canton**. São Paulo 2008.
- COELHO, Kesia. **A importância da leitura na educação infantil: Um estudo teórico**. 2015.
- CORDEIRO, V.M.; **Histórias de vida e formação de professores**. Editora Executiva, Rio de Janeiro, 2007.

GOMES, Lenice; MORAES, Fabiano. **Alfabetizar letrando com a tradição oral**. Cortez Editora, São Paulo, 2014.

GONÇALVES, Debora Souza Neves. **A importância da leitura nos anos iniciais escolares**. Dissertação (Dissertação em Pedagogia) – UERJ. Rio de Janeiro, p.10,2013.

OLIVEIRA, Ana. **Leitura, leitura infantil e doutrinação da criança**. Editora EduUFMT, Cuiabá, 2005.

KRUG, Flavia. **A importância da leitura na formação do leitor**. 2015.

PAÇO, Glaucia Machado de Aguiar. **O encanto da literatura infantil no CEMEI Carmen Montes Paixão**. Mesquita, 2009.

SANTOS, Gilianne Vicente. **O uso do gênero fábula para o aprimoramento da Produção escrita no sexto ano do ensino fundamental**. Dissertação em Mestrado. Mamanguape-pb, 2016.

SOUZA, Luciéle Bernardi. **Fábulas metarrealistas: realidades grotescas na literatura Brasileira contemporânea em *O livro das cousas que acontecem*, de daniel pellizzari**. Dissertação em Mestrado. Porto Alegre, 2018.

**CAPÍTULO VI - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E INCLUSÃO
ESCOLAR (ARIÊNE GOMES FERREIRA AMARAL)**

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E INCLUSÃO ESCOLAR

Ariêne Gomes Ferreira Amaral

Artigo Científico apresentado à
Universidade Candido Mendes - UCAM,
como requisito parcial para a obtenção de
título de Especialista em Educação Especial
e Neuropsicopedagogia.

RESUMO

Na elaboração desse artigo a preocupação básica foi proporcionar conhecimentos sobre o conceito, as características do Transtorno do Espectro Autista, papel da família junto à escola, função do professor pedagogo, inclusão escolar. Este artigo tem como objetivo proporcionar conhecimentos pertinentes sobre o TEA descreve sobre a função da família, da escola do professor em relação ao transtorno no que se refere ao ambiente escolar. A pesquisa bibliográfica foi realizada com a contribuição de vários autores GLAT (2007), LIBÂNEO (1999), WILLIAMS (2008), entre outros, procurando demonstrar a importância da escola inclusiva, expondo sobre pedagogia e o autismo. Conclui se o quanto é necessário adquirir conhecimentos sobre o Transtorno do Espectro Autista, constata a importância da escola inclusiva e do papel do professor para educação.

Palavras- chave:– Transtorno. Autista. Inclusão. Escola. Professor.

Introdução

O presente artigo relata sobre o tema Transtorno do Espectro Autista e inclusão escolar, tem como objetivo expor resultados de pesquisas e estudos sobre o tema descreve sobre as seguintes questões:

- Qual o conceito e características de Transtorno do Espectro Autista?
- Qual o papel da família junto à escola?
- Como deve ser uma escola inclusiva?
- O que é pedagogia?
- Como o pedagogo pode desenvolver seu trabalho frente à escola inclusiva?

Quando se fala em inclusão do Transtorno do Espectro Autista é necessário pensar que deve ser realizado este trabalho em equipe, através de planejamentos bem elaborados, respeitando as especificidades, onde cada membro deve desenvolver sua função com responsabilidade e qualidade, através disso torna se importante à realização desse estudo, sobre o TEA

descrevendo o conceito, características deste transtorno, destacando o papel da família da escola e do professor.

Vários autores falam sobre a escola inclusiva, a Declaração de Salamanca trata de uma educação que atenda a todos, é um desafio que precisa ser vencido, crianças com necessidades educativas especiais, buscando práticas de inclusão e combatendo a discriminação. Segundo a declaração de Salamanca

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedida mente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (DECLARAÇÃO...,1994, p. 4).

Os objetivos principais deste estudo é realizar uma pesquisa sobre o Transtorno do Espectro Autista, discorrendo sobre a função da família, das políticas publica, da escola, do professor pedagogo na inclusão desses indivíduos com o TEA, no ambiente escolar.

Desenvolvimento

O Transtorno do Espectro Autista ou autismo pode ser descrito como um distúrbio de desenvolvimento, que causa sério comprometimento da comunicação social e comportamentos limitados, repetitivos, que se caracterizam nos primeiros anos de vida, afeta a propensão de comunicar se com os outros, apresentam distúrbios de linguagem, dificuldades na compreensão de regras no convívio em sociedade.

Algumas das características de quem tem o TEA são: dificuldades com relacionamentos sociais, linguagem em compreender as mensagens ouvidas, pode ter uma memória sequencial e hipersensibilidade sensorial.

A complexidade de convívio social de compreender a intenção do outro, interagir, causa grande impacto na comunicação, com isso o cérebro social

tende a tornar-se mais lento nas funções comunicativas, que se tornam mais complexas de acordo com a faixa etária.

Autismo é caracterizado pela inaptidão de o indivíduo autista interagir socialmente, a comunicação verbal e uso da linguagem ser complexa. O significado de autismo segundo dicio.

Transtorno global do desenvolvimento, caracterizado pela incapacidade de interação social, pela dificuldade na comunicação verbal, ou no uso da linguagem, e pela concentração excessiva em pensamentos e sentimentos pessoais em detrimento do mundo exterior (AUTISMO, 2017).

A evolução da criança com autismo depende do diagnóstico precoce, preferencialmente até os três anos de idade, é essencial que a família e os profissionais educacionais estejam atentos.

Na fase escolar que a criança precisa ter atenção, compreensão, interação, socialização, convívio com regras, desenvolvimento, fica mais fácil perceber suas dificuldades, viabiliza identificar o TEA.

As particularidades das crianças com essa síndrome variam de acordo com cada caso, podendo ser mais leves, ou mais graves, se torna essencial que seja desenvolvida estratégias adequadas, para ser aplicadas, apontando as dificuldades a partir de então planejar como serão aplicado o melhor planejamento educacional que visara o desenvolvimento integral da criança.

A criança nasce com a síndrome o TEA, não é algo que ela adquire após o seu nascimento no convívio familiar, é importante que a família esteja atenta e procure ajuda profissional quanto mais rápido obtiver o diagnóstico facilitara no tratamento, o autismo não tem cura, o desenvolvimento de quem tem esta síndrome vai depender de como se relacionam com a família e a escola como é tratado. De acordo com WILLIAMS.

Os pais são especialistas no que diz respeito aos filhos. Ninguém conhece seu filho melhor do que você. Se suspeitar que haja algo errado, talvez tenha razão. Em geral, a dificuldade é entender qual é o problema, sua gravidade e com quem compartilha as preocupações. A princípio, muitos de nós discutimos essas ansiedades com a família e amigos e depois consultamos um profissional da área da saúde (por exemplo, médico ou outro profissional qualificado) se ainda estivermos preocupados. Na maioria das vezes, ficamos mais tranquilos e, rápida ou gradualmente, os comportamentos que nos preocupam desaparecem. Ocasionalmente,

contudo, o comportamento da criança e as preocupações dos pais persistem. Se for esse o caso, é preciso consultar novamente um profissional da saúde (WILLIAMS, 2008, p. 03).

É fundamental que a família e a escola trabalhem o desenvolvimento da criança em conjunto, se ajudando para superarem os desafios, respeitando sempre as especificidades visando o desenvolvimento integral.

A família tem um papel fundamental no processo de inclusão que precisa ser realizado, fazendo o controle social, garantindo os direitos de seus filhos, acompanhando e fiscalizando, no entanto, é essencial que cumpra seus deveres. Também podem apoiar o professor falando sobre a necessidade especial do seu filho, dialogando para que a educação da criança seja em conjunto, é importante que falem a mesma língua, que cada um desenvolva sua função de maneira adequada e integrada visando o melhor para o educando.

Ao longo da história das pessoas com necessidades especiais, muito tem se avançado, através das políticas públicas visa guiar, reparar desigualdades através de ações, que indiquem uma direção, analisa a situação se necessário muda o rumo para atingir objetivos, demonstra ações do governo em relação à determinadas situações educacionais.

As políticas públicas descrevem ações planejadas pelo governo de acordo com as necessidades visando atingir objetivos educacionais, que são alterados conforme as necessidades reais. Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

A constituição federal de 1988 em seu Art. 208 inc. III sobre a educação estabelece que é dever do estado a garantia do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Inclusão é um tema relevante, mas é preciso que seja realmente efetivada e mantida, com qualidade, condições adequadas que facilite o atendimento e conseqüentemente favorecera o desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo, garantindo o direito de todos ao acesso à educação.

A escola inclusiva precisa estar preparada para atender as crianças de acordo com suas necessidades e especificidades, com espaços adequados, disponibilizar os materiais necessários aos profissionais, para que possam desenvolver suas atividades com qualidade, disponibilizar professores preparados, que visem oferecer o seu melhor para o desenvolvimento do aluno, que trabalhem de maneira organizada e planejada de acordo com as necessidades da criança, pois a escola é um espaço que todos devem ter direito.

A inclusão escolar da educação especial é um modelo necessário, no entanto é preciso quebrar barreiras, criar condições para que os alunos portadores de necessidades especiais permaneçam, disponibilizando profissionais preparados e espaço adequado para um atendimento de qualidade. A educação inclusiva segundo GLAT (2007, p. 16).

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem, precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. A proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e os próprios sistemas educacionais.

A escola para muitas crianças é o único espaço de acesso ao conhecimento, disponível a elas, ambiente esse que deve visar o desenvolvimento integral do indivíduo. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (MANTOAN 2003, p.53).

É fundamental que a equipe escolar trabalhe de forma integrada, organizada, cada um deve desenvolver sua função com qualidade, buscando atender as particularidades de cada criança com necessidades especiais, efetivar realmente a educação inclusiva, em conjunto realizar o planejamento

adequado de acordo com as necessidades, visando alcançar os principais objetivos propostos.

A direção escolar em relação às pessoas com necessidades especiais, precisa se preocuparem em preparar um espaço físico adequado, de livre acesso a todos, que atenda as diversas necessidades, propiciando o atendimento necessário sem discriminação, proporcionando um acolhimento especial.

Ao orientador cabe estar à disposição do docente para juntos, analisarem cada caso, observando as especificidades, se houver dúvidas buscar saná-las visando se preparar, com isso se torna mais confiante para realizar o acolhimento ao educando, oferecendo o melhor atendimento e conseqüentemente um maior desenvolvimento, é imprescindível fazer o planejamento e traçar objetivos educacionais que precisam ser atingidos.

O profissional em pedagogia tem especialidade em educação, estuda o método de ensinar, como instruir, uma de suas funções é criar, propagar conhecimentos educativos, não é fácil requer muita dedicação, atenção, carinho, precisa gostar da profissão, pois é o mediador, orientador, faz o acompanhamento das atividades desenvolvidas, coordena e elabora projetos com diversas finalidades, portanto se prepara para atuar-nos diversos desafios que vai encontrar no ambiente educacional, inclusive com crianças portadoras do TEA. De acordo com LIBÂNEO.

A Pedagogia é uma área de conhecimento que investiga a realidade educativa no geral e no particular, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnicos profissionais buscando explicitação de objetivos e formas de intervenção metodológicas e organizativas em instâncias da atividade educativa implicada no processo de transmissão/ apropriação ativa de saberes e modo de ação. (LIBÂNEO 2001, p. 44).

O trabalho pedagógico é intencional, aponta um rumo a ser seguido, pois tem objetivos a serem alcançados, afinal ser professor é se preocupar com a educação de maneira em geral, identificar os problemas, procurar solucioná-los da melhor maneira, trabalhar visando formar cidadãos bem instruídos e preparados para conviver em sociedade, pois estuda a teoria para ter conhecimentos científicos para aplica-los na pratica ao desenvolver suas atividades no cotidiano.

O pedagogo busca soluções para lidar com problemas em geral no âmbito escolar, que surgirem no cotidiano, ampliar o conceito de inclusão, dedicar atenção necessária para as crianças com necessidades especiais, facilitando o acesso e a qualidade no atendimento ao indivíduo, respeitando as especificidades, quando um aluno sofre algum tipo de discriminação, busca formas de como solucionar o problema, junto à equipe escolar. Os pedagogos segundo Saviani (1999, p. 27):

[...] são aqueles que dominam sistematicamente e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior da escola, ou seja, o saber sistematizado convertido em saber escolar de forma dosada e sequenciada para efeito do processo de transmissão-assimilação de conhecimentos elaborados cientificamente.

Ser professor é formar cidadãos com visão crítica, deve estar atento, é muito importante saber ouvir para poder auxiliar melhor em qualquer situação que for necessário intervir, ter um bom relacionamento, com colegas de trabalho, alunos e familiares, estar disposto a aprender com os mesmos, em caso de portadores de necessidades especiais, devem ser tratados com respeito e seu trabalho deverá ser planejado de maneira adequada para que seu desenvolvimento integral não seja prejudicado, garantindo assim o seu direito a educação.

O professor deve desenvolver seu trabalho com planejamentos bem elaborados de acordo com as especificidades do aluno, no caso de uma criança autista o educador precisa avaliar as necessidades, dificuldades do educando, organizar a sala de aula a fim de propiciar um ambiente que aperfeiçoe as habilidades mais comprometidas do indivíduo.

O pedagogo não é simplesmente um professor com intuito de ensinar, precisa ter sensibilidade, capacidade de orientar com sabedoria, analisar cada sujeito, observar, avaliar para contribuir com o processo de gestão escolar e com o aprendizado das crianças, não é simplesmente as notas de alunos, avaliação segundo Souza.

[...] tem a função de diagnosticar e estimular o avanço do conhecimento. Seus resultados devem servir para a orientação da aprendizagem, cumprindo uma função eminentemente educacional,

rompendo-se com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação (SOUZA, 1997, p. 274-275)

É fundamental que o professor faça uma avaliação, analisando se os objetivos estão sendo alcançado, observando o desenvolvimento do aluno, também é primordial se autoavaliar, esta avaliação é essencial para constatar se seu trabalho está sendo realizado com qualidade, observar se o planejamento é criativo, flexível, tem clareza e objetividade nas metas a serem alcançadas, a fim de obter êxito nas atividades propostas para o desenvolvimento social e cultural do sujeito.

Conclusão

Diante do estudo realizado conclui se que quanto mais rápido for feito o diagnóstico das crianças autistas de preferência menor de três anos, mais fácil será a evolução do seu desenvolvimento.

Com a realização da pesquisa aprofundada sobre o conceito e as características do Transtorno do Espectro Autista é possível estar preparado para desenvolver um planejamento adequado para ser aplicado a um indivíduo com autismo, através dos conhecimentos adquiridos possibilitara a aplicação de um trabalho com mais qualidade e eficiência.

A escola inclusiva é possível com a participação de todos, é fundamental que a família, equipe escolar desenvolva sua função com qualidade para que ela realmente aconteça.

Com certeza a inclusão faz a diferença nos dias atuais é uma conquista para as pessoas com necessidades especiais e também para as pessoas que estão envolvidas a esta questão.

A pedagogia é muito importante neste processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais, o papel do professor pedagogo faz toda a diferença, no desenvolvimento das crianças com TEA, pois observa, planeja de acordo com as necessidades educacionais, realiza um planejamento criativo, flexível e de acordo com as especificidades.

Uma escola realmente inclusiva é aquela que tem profissionais preparados para atender as necessidades especiais dos indivíduos, de acordo com suas necessidades, tem uma equipe realmente empenhada em atingir os objetivos educacionais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR M. A. S. et al. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, p. 819-842, out. 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial** – educação especial, um direito assegurado. Brasília: MEC / SEESP, 1994.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Direito à educação** – subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação inclusiva**. Grupo de Trabalho. Portaria Ministerial nº 555. Outubro, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 10 de junho de 2017.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2017.

Disponível em < <http://www.dicio.com.br/>>. Acesso em 05 de junho de 2017.

GLAT, R. (Org.) Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Col. Cotidiano Escolar).

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para Quê?** 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

WILLIAMS, Chris. **Convivendo com autismo e síndrome de asperges: estratégias práticas para pais e profissionais.** São Paulo: Mbooks, 2008.

ISBN 978-658733329-8



9

786587

333298